

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CAMPUS II - CAMPINA GRANDE

CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

Especialização em Economia Rural

* " REJEIÇÃO DO SETOR PRODUTOR DE OLERÍCOLAS À
AÇÃO MODERNIZANTE NO MUNICÍPIO
DE LAGOA SECA "

Louise de M. Martins do Nascimento

Dissertação de Mestrado
Campina Grande, setembro/1983



N244r Nascimento, Louise de Moraes Martins do.
"Rejeição do setor produtor de olerícolas à ação modernizante no município de Lagoa Seca" / Louise de Moraes Martins do Nascimento. - Campina Grande, 1983.
123 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, 1983.
"Orientação : Prof. Dr. Nilson Araújo de Sousa".
Referências.

1. Economia Agrícola - Lagoa Seca - PB. 2. Agricultura - Setor Produtor. 3. Olerícolas - Produção. 4. Dissertação - Economia. I. Sousa, Nilson Araújo de. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 338.43(813.3)(043)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
COORDENAÇÃO DO MESTRADO EM ECONOMIA
- CAMPUS II - CAMPINA GRANDE, PB.

PARECER FINAL DO JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRE

Aluna: LOUISE DE MORAIS MARTINS DO NASCIMENTO

TÍTULO: "REJEIÇÃO DO SETOR PRODUTOR DE OLERÍCOLAS À AÇÃO
MODERNIZANTE NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA"

DEFESA DE DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO CURSO DE MESTRADO EM
ECONOMIA - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ECONOMIA RURAL - DO
CENTRO DE HUMANIDADES, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA,
COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS.

CONCEITO FINAL: *Aprovado*

COMISSÃO EXAMINADORA:

Nilson Araújo de Sousa
NILSON ARAÚJO DE SOUSA - (Doutor)

- Presidente -

Elbio Troccoli Pakman
ELBIO TROCCOLI PAKMAN - (Doutor)

- Examinador -

Paulo Nakatani
PAULO NAKATANI - (Doutor)

- Examinador -

Reinaldo Antonio Carcanholo
REINALDO ANTONIO CARCANHOLO

- Coordenador -

Campina Grande,

08 de setembro de 1983

ÍNDICE

I	- INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA	2
	I .1 - Considerações Gerais	3
	I .2 - As Coordenadas do Problema e o Objeto de Estudo	9
	I .3 - Objetivos	15
	I .4 - Hipóteses	17
	I .5 - Marco Teórico e Revisão Bibliográfica .	20
	I .6 - Método de Trabalho Empregado	38
II	- O SETOR PRODUTOR DE OLERÍCOLAS	45
	II.1 - Descrição de Lagoa Seca e Observações Preliminares	46
	II.2 - Aspectos da Estrutura Fundiária e da Produção	50
	II.3 - Mão-de-Obra e o Caráter das Unidades Produtivas	66
	II.4 - As Formas de Comercialização e seu Significado	78
	II.5 - Financiamento e "Modernização"	86
	II.6 - Assistência Técnica	97
	II.7 - Aspectos da Sindicalização	106
III	- CONCLUSÕES.....	114
IV	- BIBLIOGRAFIA	121
V	- ANEXOS	
	1. Formulário de Pesquisa	
	2. Olerícolas produzidos na Paraíba - Levantamento do Censo Agropecuário	
	3. Lista de Siglas	

Quero dedicar este trabalho a
uma pessoa fisicamente dis-
tante, como tantas outras,
por motivos alheios à sua
e à nossa vontade: meu irmão,
MURILO REIS MARTINS JÚNIOR.

III

A G R A D E C I M E N T O S

O presente trabalho constitui a dissertação final do curso de Mestrado em Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba (UFPb), Campus II. Tal dissertação baseou-se numa pesquisa de campo realizada, em 1982, no município paraibano de Lagoa Seca, entre produtores de hortaliças.

Nessa tarefa não estive sozinha, já que contei com o apoio moral de colegas e amigos, aos quais dirijo meu mais sentido agradecimento.

Agradeço, especialmente, o apoio intelectual e amigo, a dedicação incansável e a paciência de meu orientador, o prof. Elbio Troccoli Pakman, cujas críticas construtivas constituíram contribuição incalculável. Lendo detalhadamente todas as versões, discutindo-as comigo, capítulo por capítulo, suas aportações, sem dúvida, elevaram a qualidade do trabalho.

Meu reconhecimento se dirige, ainda, as manifestações de preocupação e apoio que recebi por parte dos colegas e professores: Nilson Araújo de Souza e Paulo Nakatani que, ao lado do meu orientador, prof. Elbio Troccoli Pakman, compuseram a banca examinadora.

Um agradecimento especial à colaboração infatigável de meu companheiro, Humberto José do Nascimento, ao longo de toda a elaboração do trabalho, e, em particular,

na fatigosa etapa de aplicação dos formulários de pesquisa. Um agradecimento muito especial devo ao incentivo de meus pais, inspiradores, em grande medida, deste trabalho, e aos meus irmãos, o estímulo constante.

Finalmente, agradeço aos produtores lagoasecanos pela sua inestimável colaboração e, especialmente, a José Francisco Anacleto ("Dedé"), ex-produtor de verduras e, hoje, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca.

A todos eles expresso a minha gratidão. Porém, a nenhum deles pode ser imputado qualquer erro que este trabalho possa conter, e pelo qual me considero inteira responsável. Sinto-me comprometida com todos eles e com a sociedade em geral. Estou, contudo, consciente de que a minha dívida, esta dissertação está longe de saldar.

INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA

I.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Preliminarmente, gostaríamos de justificar o nosso interesse em examinar a pequena produção agrícola, escolhendo o objeto de estudo na microrregião do Brejo Paraibano.

Tal atitude se deriva do contraste entre o grande destaque e importância na produção agropecuária, a nível nacional, dos pequenos produtores rurais com área inferior a 50 ha (*), e o fato de que o grosso do apoio e estímulos oficiais são destinados não à eles, mas às grandes propriedades rurais. Um estudo aprofundado desta questão provavelmente revelaria o motivo de tal preferência governamental, mostrando que o que nos parece paradójico é só aparente. Mas aqui nos interessa entrar no exame apenas de uma dessas categorias: a dos pequenos produtores. Deste ângulo, é útil lembrar, nas grandes linhas, seu lugar no panorama nacional.

A pequena produção, representada por proprietários minifundistas, parceiros, arrendatários e posseiros com área até 50 ha, constituindo 72% dos imóveis rurais e ocupando apenas 12% da área cadastrada e 11% da área total explorada, participa com cerca de 40% da produção agrícola:

- 44% dos produtos básicos de alimentação;
- 38% dos produtos de transformação industrial;

(*) Conforme critério adotado por José Graziano da Silva, in: Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, São Paulo, 1980, pag. 144.

- 43% dos produtos hortifrutícolas (*).

No outro extremo da distribuição fundiária, as grandes propriedades, com área acima de 500 ha, constituindo apenas 23% do total de imóveis rurais e ocupando 78% da área cadastrada e 51% da área total explorada, respondem por somente:

- 10% dos produtos básicos de alimentação;
- 13% dos produtos de transformação industrial;
- 11% dos produtos hortifrutícolas (**).

É preciso, porém, assinalar que estes dados (que são os habitualmente disponíveis) não expressam da forma mais adequada a realidade. Parte significativa da produção imputada aos imóveis com área superior a 500 ha, de fato provém da atividade econômica de parceiros e arrendatários, isto é, da pequena produção. As estatísticas (***) levam a interpretações deformadas da realidade na

(*) Conferência do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 15 de agosto de 1978, págs. 2-4, Tabelas 1, 3, 4.

(**) Idem, pág. 5, Tabela 4.

(***) É importante assinalar, como o faz José Graziano da Silva, as diferenças conceituais entre a unidade básica pesquisada pelos Cadastros e pelos Censos, "imóvel rural" e "estabelecimento", respectivamente. Imóvel rural, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é "o prédio rústico, de área contínua, formado por uma ou mais parcelas de terra, pertencentes a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial" (Estatísticas Cadastrais/1, p. IX). O imóvel rural é portanto, uma unidade de propriedade. A unidade pesquisada pelos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - o estabelecimento - é uma unidade administrativa onde se processa uma exploração agropecuária. Logo, não se pode fazer comparações diretas entre

medida em que relacionam a produção apenas com o dono jurídico das terras (imóveis), independentemente do produtor direto que, com frequência, é parceiro ou arrendatário, o que é totalmente distinto do ponto de vista de "quem produz". Entretanto, para apresentar o panorama geral, optamos pela utilização de dados cadastrais. Para os objetivos propostos no caso concreto analisado, revela-se mais interessante a análise por estabelecimento, como se verá oportunamente. Do dito, percebe-se facilmente que uma parte substancial da produção hortifrutícola, aliás maior que a aqui apresentada, é realizada em pequenas unidades produtoras.

Entretanto, a forma de estruturação da economia nordestina preservou as melhores terras para as culturas ditas "modernas". Estas quase sempre consistem em produtos de exportação e/ou de transformação industrial (cana-de-açúcar, sisal, fumo, cacau), e são domínio dos grandes proprietários. Esta tendência opera em detrimento das culturas "tradicionais", basicamente de produtos alimentícios, e promove, ao mesmo tempo, um processo de concentração da renda e da propriedade que resulta na atrofia do mercado interno e na marginalização dos pequenos produtores. Essas atividades agrícolas, realizadas em ^{pequenas} unidades que não chegam a ter um caráter empresarial, ao longo da história do

os dados dos Censos e dos Cadastros, uma vez que a unidade básica é diferente. Por exemplo: uma propriedade de inexplorada é contada como imóvel rural mas não é um estabelecimento.

SILVA, José G. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, São Paulo, 1980, pág. 33.

Nordeste, foram deixadas à margem da atenção e dos cuidados do governo, em função, principalmente, das culturas de exportação.

Nos últimos anos, porém, tem-se sucedido as declarações no sentido de que é necessário fomentar não somente a agricultura de exportação como, também, a destinada ao mercado interno. Como resultado dessa preocupação, em regiões que apresentam um menor nível de desenvolvimento das forças produtivas (como é o caso do Nordeste), além das políticas aplicadas ao nível nacional, foram implementadas políticas particulares. Observamos que, nas grandes linhas, a essência dessas políticas, no período posterior a 1964, tem sido a de criar condições para a viabilização do grande capital, tanto na agricultura como também na indústria. Na agricultura, no plano concreto, esta posição se reflete no estímulo à política de crédito agrícola; nos programas de assistência técnica; na política de garantia de preços mínimos; na criação das Centrais de Abastecimento (CEASAs); nos programas de apoio à pequena produção, tais como Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas (POLONORDESTE), Programa de Redistribuição de Terras e de estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), Projeto Sertanejo, entre outros. Os esforços, porém, não tem trazido os resultados esperados visto terem se transformado num mecanismo de fortalecimento de grupos determinados e minoritários dentro da agricultura nordestina, principalmente os grandes proprietários. É que essas políticas e programas trazem, em si mesmo, um fator limitante, por atender, em última instância, a interesses localizados fora

da região, sendo expressão da política nacional concentra-
cionista que beneficia o desenvolvimento da região Centro-
Sul, o centro hegemônico do processo de acumulação do capi-
tal no Brasil.

O Estado, através de seus órgãos de planejamento, tem proclamado reiteradas vezes que está preocupado por tornar o Nordeste auto-suficiente em alimentos. Tal desígnio, evidentemente, não se tem nem de longe alcançado. Sob a ótica da necessidade de expansão da agricultura de mercado interno no Nordeste, nós consideramos imprescindível para a sua realização, que ocorram certas mudanças qualitativas no regime de posse da terra e nas relações de trabalho, que impliquem em transformações no sistema de exploração da terra e no sistema de comercialização da produção, e não que se limitem apenas a uma tentativa de "modernização" centrada, especialmente, na sua instrumentalização através de seu principal suporte, o crédito rural. Portanto, seria de real interesse examinar que políticas são adotadas e quais as que seriam verdadeiramente necessárias para tentar reverter a tendência crescente do fluxo de importações (*) de alimentos pela região. Isso, para nós, supõe uma reflexão profunda e o questionamento da estrutura agrária, do próprio sistema de produção, da forte atuação direta e indireta do capital, da bem estabelecida rede de in-

(*) Empregamos "importação" no sentido mais amplo do conceito e em relação a região Nordeste, isto é, incluindo como importações tanto as transferências de produtos de outros países como, também, as procedentes de outras regiões do país.

intermediários envolvida no processo de comercialização, etc. Enfim, obriga a dar um passo no sentido de uma reinterpretação da realidade em busca de soluções reais, não quiméricas nem puramente declarativas.

Nosso estudo, ao examinar a situação e perspectivas do setor produtor de olerícolas (*) na área de Lagoa Seca, pretende contribuir, mesmo que modestamente, também nessa direção.

(*) Por olericultura entendemos, simplesmente, o estudo das hortaliças.

I.2 - AS COORDENADAS DO PROBLEMA E O OBJETO DE ESTUDO

O incremento acelerado da população urbana no país reflete não apenas um crescimento vegetativo mas, também e principalmente, um aumento decorrente do fluxo migratório. Estas migrações são consequência, de um lado, do desenvolvimento industrial (concentrado nesses centros é um ímã para a mão-de-obra) bem como das demais atividades urbanas e, de outro lado, da estrutura fundiária e das relações de produção na agricultura que, constantemente, expulsam o homem do campo.

Complementam-se, assim, um pólo que atrai força de trabalho com um outro que a repele. Desta forma, assiste-se a uma expansão populacional urbana que muito tem contribuído, apesar da má distribuição da renda, para a crescente demanda de alimentos, uma vez que a população urbana depende, relativamente, muito mais do mercado alimentar que a população rural.

Essa multiplicação da população urbana, concretamente nordestina, deveria constituir-se em mais um estímulo à produção regional. Entretanto, tudo parece indicar que este estímulo não se efetiva. Isto poderia ter uma explicação nos quatro grandes fatos seguintes: 1) quase todos os produtos nordestinos destinados ao mercado interno são produzidos, também, na região Centro-Sul do país, em condições de maior eficiência e rentabilidade econômica. Assim, a possibilidade de importá-los, ainda mais as remessas efetivas, debilita as pressões que se fariam sen-

tir para desenvolver regionalmente essas culturas, se a nordestina fosse uma "economia fechada". Nestas circunstâncias, a defasagem que se cria entre a demanda crescente e a oferta local vem sendo coberta pela produção extra-regional; 2) os estímulos que essa demanda deveria acarretar à expansão da produção, através do presumível aumento de preços, também não se concretizam mais do que levemente, visto que a maior parte da população do setor urbano possui um baixo poder aquisitivo, decorrente do padrão de acumulação que gera uma distribuição da renda fortemente concentrada. Logo, o preço dos alimentos básicos não podem subir sem que, em contrapartida, se elevem os salários reais mais baixos que se constituem na fonte de renda de vultosa parcela da população; 3) os mecanismos que se estabelecem entre o produtor local e o comprador intermediário são desfavoráveis ao primeiro, suscitando a absorção dos benefícios conjunturais por parte destes últimos; 4) os poucos estímulos que chegam ao produtor, resultantes em particular da política agrícola (quer seja o "crédito rural", quer seja a "assistência técnica", etc), também não conseguem se materializar devido a que esta política flui, em última instância, do funcionamento contraditório do capital e seus interesses em privilegiar algumas culturas e áreas bem como determinadas unidades produtivas. O pequeno produtor, no final, fica excluído dos benefícios transitórios que poderiam estimular o desenvolvimento de sua produção.

O efeito paralizante da ação combinada destes grandes fatores, em condições sócio-econômico-políticas

concretas, se constitui numa preocupação fundamental deste estudo.

Deriva-se dele uma relativa rigidez da produção agrícola regional face as variações da demanda. Isto em definitivo obedece à lógica do movimento de acumulação do capital na localização e regularização da produção e nas modalidades da comercialização agrícola, a nível nacional.

A própria dinâmica do sistema produtivo e do mercado nacional é que determina a evolução dos grupos diversos participantes da produção e regula as flutuações dos fluxos da comercialização. Esse movimento é estabelecido não por um planejamento global que leve em conta as verdadeiras necessidades de desenvolvimento de todas as regiões e populações do país, mas pelas vantagens comparativas aliadas às possibilidades individuais dos diversos capitais. Logicamente, o objetivo imediato não é atender às verdadeiras necessidades de consumo da população mas, fundamentalmente, às de acumulação do capital. A essência dessa dinâmica, pois, está no padrão de acumulação capitalista brasileiro que, em última instância, atua como elemento regulador da produção e comercialização dentro das regiões e entre elas. Portanto, as decisões regionais para a produção agrícola não emanam somente dos impulsos endógenos, mas são influenciadas, também, pelas pressões exógenas, subordinando-se às necessidades de acumulação de capitais isolados e do capital em geral.

A estratégia agrária posta em prática nas últimas décadas reforçou a concentração da propriedade fundiária, favoreceu algumas culturas em detrimento de outras e

permitiu que o processo de acumulação transcorresse com violência e rapidez singular em algumas regiões, gerando uma forte concentração da renda e da riqueza. E é exatamente em função da absorção dos capitais pela região Centro-Sul que se dá a agregação das demais regiões. Consequentemente, essa estratégia é excludente não apenas do ponto de vista dos diferentes estratos sociais como, também, das diversas regiões.

A região Nordeste, em determinadas épocas, importa produtos que poderia produzir durante todo o ano. O abastecimento com produtos trazidos de fora é feito e controlado pela rede de intermediários que ora atua. Sua ação torna impraticável a expansão sustentada da produção interna ao eliminar, através da importação, as melhores alternativas de colocação da produção local. Cabe analisar o cerne da questão, portanto, dentro do sistema nacional que permite tal forma de atuação do intermediário (mesmo nas áreas onde já atua a CEASA, agente oficial da intermediação) com as consequências nefastas já assinaladas para a região.

Quanto à política agrícola (*) - formalmente definida como o conjunto de medidas tomadas no sentido de orientar a produção agrícola objetivando atender às necessidades de desenvolvimento do país - nem sempre reflete as reais necessidades da população. Isto é ainda mais patente no caso que nos ocupa em particular, o do pequeno

(*) Não confundir com política agrária, que, do meu ponto de vista, envolve a política fundiária, agrícola, etc.

agricultor. A política agrícola é, na realidade, empregada como um mecanismo de apoio à penetração do capital no campo e de realização do capital em geral.

De todos os instrumentos utilizados pela política agrícola brasileira, nos últimos anos, sem dúvida, cabe ao crédito rural o papel de protagonista no processo que já se convencionou chamar de "modernização da agricultura" (conforme veremos no capítulo II.5), haja visto que objetiva induzir os agricultores a adotarem a "tecnologia moderna" (sementes selecionadas, motomecanização, técnicas "não tradicionais" de cultivo, irrigação, etc). Essa "modernização" visa levar a agricultura a superar o suposto atraso em que se encontra. A forma mais eloquente de apontar este desnível consiste na comparação direta entre a produtividade média do setor industrial e a do setor agrícola, afirmação também endossada por Antonio Barros de Castro (*).

O crédito rural tem se destacado sobremaneira, chegando muitas vezes a servir de balisamento para os demais instrumentos de política agrícola. Não deve surpreender, então, que seja eleito com frequência como elemento central de investigação, inclusive no nosso trabalho.

Todas essas questões devem ser objeto de estudos concretos. Para examinar tais questões, escolhemos o município de Lagoa Seca, inserido na microrregião do Brejo Paraibano, tradicional produtor de olerícolas do Estado. Nele pretendemos observar como tem se desenvolvido a

(*) CASTRO, Antonio B. de. 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira, vol. I, São Paulo, 1972, pag. 127.

produção e, em particular, sua situação atual a fim de verificar como se têm refletido, neste caso, as medidas decorrentes da política agrícola.

Para caracterizar esta situação elegemos alguns aspectos fundamentais da produção que analisaremos na sua forma atual. Também tentamos observar como tem se processado a expansão da produção, a evolução das relações de produção dominantes, o sistema de exploração, o grau de aceitação ou rejeição de modificações nas técnicas tradicionais de cultivo e a participação do crédito rural. A análise destes elementos nos mostrarão se efetivamente, e nesse caso em que medida, o desenvolvimento espontâneo e a política agrícola vêm favorecendo e transformando a organização da produção de olerícolas, na área pesquisada.

I.3 - O B J E T I V O S

Nosso estudo constitui uma proposição de analisar determinados aspectos dos sistemas de produção e comercialização de olerícolas na Paraíba, os quais encontram-se ajustados ao Sistema Nacional de Produção e Abastecimento. Neste contexto, e a partir do problema de pesquisa antes delineado, depreendem-se os seguintes objetivos:

a) C e n t r a l

- Analisar, nos seus diversos aspectos, como a produção de olerícolas numa área produtora significativa, a de Lagoa Seca, no Brejo Paraibano, tem respondido ao aumento da demanda olerícola regional.

b) E s p e c í f i c o s

- Estudar o regime de posse e de propriedade da terra, bem como o sistema de exploração e técnicas vigentes;
- Explicitar as relações de produção dominantes;
- Analisar a atuação dos órgãos executores das políticas de crédito rural e assistência técnica;
- Avaliar a influência dos financiamentos agrícolas na produção de hortaliças comparando a atuação do crédito institucional com a do crédito fornecido pelo intermediário;
- Estudar a adequação da tecnologia difundida

pela assistência técnica às condições e recursos dos pequenos produtores;

- Verificar o grau de dependência do pequeno produtor em consequência de sua maior especialização produtiva;
- Detectar pontos de estrangulamento na estrutura de produção e circulação;
- Averiguar a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, enquanto entidade representativa classista.

I.4 - HIPÓTESES

Em função da problemática descrita e dos objetivos propostos, consideramos como hipóteses de trabalho, as seguintes:

a) Central

- O estancamento da produção e a "impossibilidade" de capitalização do setor produtor de oleícolas de Lagoa Seca são determinados pela própria dinâmica do sistema produtivo interno (em particular estrutura fundiária, forças produtivas e relações de produção existentes) e pela inserção específica desse sistema na dinâmica da economia nacional e das políticas do Estado para a agricultura (notadamente concorrência com produtos de outras regiões, estrutura de comercialização e as políticas de "modernização").

b) Específicas

- A expansão da produção encontra entraves a nível de carência de infra-estrutura e de deformações na Política Agrícola;
- A produção desenvolve-se, já por cerca de 30 anos, na base de pequenas propriedades que formam unidades de produção baseadas na mão-de-obra familiar;
- O direcionamento do crédito rural, ao nível nacional, tem sido mais um dos mecanismos de

concentração da renda que tem privilegiado aos relativamente mais favorecidos em recursos fundiários. Dado que, na área analisada, encontram-se basicamente pequenos produtores, no essencial, estes não são beneficiados pelo sistema de crédito oficial;

- A forma de fornecimento do crédito oficial, incluindo seu caráter formal e burocrático, tem viabilizado a atuação do intermediário também como agente de financiamento ao pequeno produtor. Mesmo considerando que o custo de oportunidade dos financiamentos feitos através do intermediário é mais alto para o produtor há, para este, vantagens comparativas nesta opção;
- A forma de vinculação do crédito às mudanças tecnológicas de curto prazo torna-o desinteressante e impróprio para a maioria dos pequenos produtores;
- As mudanças, induzidas pelos serviços de assistência técnica, nos métodos produtivos utilizados pelos pequenos produtores, trazem, como consequência, uma tendência de substituição da policultura pela monocultura. Dessa maior especialização decorre um maior grau de dependência do pequeno agricultor à sua produção e uma maior instabilidade face à maior dependência das oscilações de um só produto;
- O sistema de comercialização, de olerícolas,

retirando os benefícios das mãos de seu criador direto, o produtor, desestimula a expansão da produção;

- A atuação do Sindicato Rural de Lagoa Seca, cerceada em seus objetivos mais amplos pelo papel que lhe foi imposto pelo Estado no atual sistema econômico e político, se restringe, como na maioria dos sindicatos rurais brasileiros, basicamente à prestação de serviços de ordem assistencial.

I.5 - MARCO TEÓRICO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste item nos propomos a fazer uma breve retrospectiva histórica do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, afim de entendermos melhor o contexto atual em que se insere a pequena produção e, especialmente, o caso aqui analisado (*).

Até aproximadamente 1930, nossa economia se caracterizou como um modelo primário exportador. Esse ciclo tem seu fim com a Revolução de 30 para dar início a um outro: o de base urbano-industrial. Nesta análise partimos do momento em que o processo de industrialização se instaura, ou melhor, toma rápido impulso, com o concomitante crescimento urbano.

Ainda que a participação do setor industrial na formação da renda só em 1956 tenha conseguido superar a da agricultura, a predominância da estrutura urbano-industrial, a partir de 1930, começa a mudar a inclinação da economia, que estava voltada para as atividades agrário-exportadoras, e a criar condições para a ampliação das atividades

(*) Para isso nos apoiaremos fundamentalmente nos trabalhos de Francisco de Oliveira, Otavio Ianni, Francisco Graziano Neto, José de Souza Martins, V. I. Lenin, Antonio Barros de Castro, Nilson Araujo de Souza, Bernardo Sorj, Francisco Sá Júnior, aqui citados, assim como os de Celso Furtado, Alberto Passos Guimarães, Paul Baran, Manoel Correia de Andrade, Samir Amir, Sandra Maria Correia Bradley, Raimunod Moreira, Caio Prado Júnior, Paul Singer, José Graziano da Silva e Glaucio Soares, incluídos na Bibliografia.

de mercado interno.

Esse duplo processo se aprofunda após a II Guerra Mundial devido, fundamentalmente, a dois fatores: primeiro, às altas taxas de crescimento populacional que, mesmo sem ruptura dos padrões distributivos, propicia um crescimento do mercado consumidor interno e, segundo, à transferência para o plano nacional das fontes de abastecimento. A aceleração do crescimento demográfico aliada à oferta elástica de terras permite um tipo de desenvolvimento profundamente desigual em que a liberação da mão-de-obra para as atividades urbanas e, conseqüentemente, o crescimento do mercado interno derivado da maior urbanização, não se faz acompanhar de um desenvolvimento intensivo na agricultura. A expansão da produção agrícola se realiza sem alterações substanciais na estrutura produtiva e, fundamentalmente, ocupacional de segmentos majoritários do setor agrário.

Neste mesmo período, muitos fatores mudaram no panorama mundial e nas relações econômicas internacionais. O mundo se dividiu em dois blocos antagônicos: capitalista e socialista, que passaram a disputar entre si a diversos níveis, seja político, seja econômico, etc. Essa alternativa de sistemas sócio-econômicos não deixou de se refletir nas lutas internas dos países por definir os rumos de sua orientação. Esta foi, também, a fase dos desmoronamentos dos impérios coloniais (não é em vão que os anos 60 ficaram conhecidos como a "década da descolonização"). Decorre, então, uma modificação da divisão internacional do trabalho, permitindo um processo acelerado de industrialização

em alguns países que já possuíam um relativo mercado interno.

A partir da década de 50, o capitalismo mundial toma novo rumo iniciando um outro ciclo com base na internacionalização do capital, resultante de suas necessidades de expansão e das excelentes condições oferecidas por algumas economias periféricas.

O Brasil, contando com um mercado guiado pela demanda de ex-importadores, dispondo de mão-de-obra abundante e barata e com o processo de industrialização já instalado, oferecia condições propícias para a penetração do capital. Até a primeira metade da década de 50, o processo de industrialização foi sustentado basicamente pelo capital privado nacional e pelo Estado. Neste período a forma de acumulação reflete um projeto nacionalista-desenvolvimentista que se assenta na ampliação do setor industrial sob o controle de uma "burguesia nacional". No plano político, esta estratégia tem conformidade com os regimes populistas de então. A partir de 1956, esta situação começa a se modificar com a forte penetração do capital estrangeiro que passa a dominar e não mais o nacional. Abalam-se, então, as condições existentes para o pacto populista.

No período 1930-1964, destacamos como aspectos decisivos do conjunto de medidas destinadas a instaurar o novo modelo de produção: as leis trabalhistas e a participação crescente do Estado na esfera econômica. Identificamos, nesse período, dois momentos distintos. Num primeiro, como explica Francisco de Oliveira, a regulamentação das leis do trabalho operou determinando um preço comum (salá-

rio mínimo) para todas as categorias da força de trabalho, o que beneficia a acumulação. O Estado, por sua vez, opera, ao nível das empresas, criando bases para a acumulação capitalista; investindo na produção (por exemplo, siderurgia de Volta Redonda, PETROBRÁS); na infra-estrutura; subsidiando, através de taxas cambiais mantidas fixas durante longos períodos, a importação de equipamentos para as indústrias (política que perdurou até 1956); regulando o preço da mão-de-obra (*). Esta forma de integração do Estado deixava entrever prioridades para a implantação e/ou ampliação de certos tipos de indústria, basicamente indústrias controladas pela burguesia nacional e o Estado, assentada numa ideologia nacionalista.

Um segundo momento, dentro do período ora analisado, pode ser definido a partir de 1956, após o interregno do presidente Café Filho. São tomadas algumas medidas, tais como inversão em obras de infra-estrutura, ampliação do sistema de transporte, etc., visando criar condições para a penetração do capital estrangeiro. É forçoso reconhecer que a composição central das políticas econômicas (adotadas nesse segundo momento) foi pensada e delineada com objetivos determinados e coerentes entre si, para favorecer o fortalecimento e expansão da hegemonia de certos grupos. É neste sentido que Otávio Ianni afirma que o governo de Juscelino Kubitschek foi paradoxal: apoiou-se numa política de massas e desenvolveu um programa econômico com ba-

(*) OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista, São Paulo, 1976, pags. 11-14.

se na internacionalização dos investimentos, ou seja, associou o esquema político criado com Getúlio Vargas (desenvolvimento econômico nacionalista) com uma política voltada para a internacionalização (desenvolvimento do capital monopolista) (*). É importante ressaltar que estas medidas, como lembra ainda Francisco de Oliveira, foram destinadas a promover a preponderância de certos ramos (indústria naval, automobilística, siderurgia, para exemplificar) na economia (**).

A partir da década de 60, com o esgotamento do modelo de "substituição de importações", as condições para o pacto populista deixam de existir (praticamente em toda a América Latina). Dentro destas novas condições estruturais, os regimes populistas deixam lugar aos regimes militares fortes. As modificações estruturais já se aceleravam desde anos pretéritos. O quadro no qual operava-se a tendência à concentração da renda e ao dinamismo (nos anos mais recentes) não foi instituído pelos militares por decretos e leis formulados após o movimento de 1964. O novo modelo econômico não poderia se sustentar em modificações institucionais se não tivesse bases na estrutura produtiva, cuja reviravolta, como vimos, já havia se iniciado desde a segunda metade da década de 50.

Com o acúmulo de capital gerado no período anterior e com o regime político-institucional instaurado após 1964, o Brasil oferecia excelentes condições para a maça

(*) IANNI, Otávio. Sociologia e Sociedade no Brasil, São Paulo, 1975, pag. 70.

(**) OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista, São Paulo, 1976, pag. 38.

penetração do grande capital estrangeiro. Aos monopólios imperialistas interessava penetrar na economia brasileira, porém, mantendo sob o controle direto de suas matrizes a produção de know-how e de bens de produção. Assim, os investimentos deste capital não poderiam, no fundamental, destinar-se a este setor (e muito menos, por exemplo, a pesquisa fundamental ou aplicada).

Mas, então, em que setor da economia este capital teria mais interesse e possibilidades de expansão? Evidentemente no setor produtor de bens de consumo duráveis e suntuários, dada a forte concentração da renda no país e a política concentracionista imposta pela burguesia. Com este direcionamento se deu a penetração massiva do capital estrangeiro na economia brasileira.

É importante notar, como observa Francisco Graziano Neto, que no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo internacional, caracterizado pelo capitalismo monopolista, sob o controle das multinacionais e do Estado, o processo de industrialização que se dá nos países de economia dependente, como o Brasil, antes de atender às necessidades de consumo, ela se dá para atender às necessidades de acumulação. E estas, no entender de Francisco Graziano Neto, são melhor atendidas quando se produzem bens de consumo duráveis destinados ao consumo das classes de média e alta renda (*).

Esse processo de industrialização tem suas repercussões na sociedade incluindo, evidentemente, o setor a-

(*) NETO, Francisco G. A Questão da Reforma Agrária no Brasil, São Paulo, s/d, pag. 8 (mimeo).

grário. Nos identificamos com José de Souza Martins, quando afirma que a forma tradicional de produção utilizada na agricultura faz parte do próprio processo de constituição da economia nacional. Esta viabiliza-se na expropriação não somente do proletário urbano mas, também, na do homem do campo (*).

Se de um lado solidifica-se o predomínio do capital estrangeiro sobre a economia nacional redefinindo as relações centro-periferia, de outro, o crescimento industrial decorrente e o surgimento e expansão das agroindústrias, acompanhado da explosão populacional urbana das últimas décadas, também, reestruturaram as relações entre a agricultura e a indústria. À medida que se ampliam os investimentos no setor urbano e, mais especificamente, industrial, aumenta a dependência (**) deste em relação ao setor rural, seja quanto às crescentes exigências de ampliação do mercado, seja quanto às necessidades de diminuição relativa dos preços dos alimentos e matérias primas com o objetivo de elevar suas taxas de lucro. Assim, configura-se um quadro no qual compete ao setor rural a dupla função de criar e expandir mercados para os produtos manufaturados e, ao mesmo tempo, de produzir a baixos custos para efetivar um desenvolvimento industrial onde o item "salários" seja comprimido ao mínimo possível. O capital precisa vender

(*) MARTINS, José de S. Capitalismo e Tradicionalismo, São Paulo, 1975, pag. 14.

(**) Obviamente, trata-se de um fenômeno de interdependência dialética. Mas, ocuparemos-nos agora apenas da leitura num só sentido da relação mútua, da outra direção nos ocuparemos mais adiante.

mercadorias (e o mundo rural é um auspicioso mercado potencial), mas, procura, também, comprar barato aquilo que consome (consumo produtivo). Do quadro assim traçado, perfila-se uma contradição um tanto paradoxal. A pequena unidade de produção agrícola - entendida aqui e segundo o conceito de V. I. Lenin (*) não pela quantidade de terra ocupada mas pela não intensificação da agricultura, pouco ou nenhum emprego de trabalho assalariado e insignificante emprego de maquinaria - realiza o segundo objetivo, o que explica em boa medida a razão de sua existência. Mas, o cumprimento deste segundo objetivo, limita as possibilidades de atender o primeiro.

Por outra parte, apesar da população rural constituir-se num mercado potencial promissor para manufaturas, o tipo de industrialização que se dá no Brasil, sobretudo a implantada pela maciça entrada do capital externo, não se dirige para este mercado, pois, pré-determinou o seu junto às classes de média e alta renda para as quais aponta sua estratégia de produção de artigos suntuários (**). Estas não se encontram no campo mais do excepcionalmente. Este mercado apresenta características particulares. Anto-

(*) LENIN, V. I. Obras Escolhidas. Tomo III. Noviembre de 1909-setiembre de 1916. 2ª edición corregida y aumentada. Editorial Cartago.

(**) Evidentemente não esquecemos nesta análise a existência da pequena e média empresa, para as quais o mercado rural constitui uma excelente alternativa. Em determinados momentos favoráveis da conjuntura econômica e política são comumente tomadas algumas medidas que favorecem sua expansão, como foi o caso do lustro findo em 1973. A partir daí, com a configuração da crise econômica, dada a pouca representatividade deste ramo dito "tradicional" no Estado e seu fraco poder de barganha, as medidas adotadas debilitaram mais ainda sua já precária situação financeira e econômica em geral.

nio Barros de Castro é muito feliz quando afirma que o modelo norte-americano (a partir das últimas décadas do século XIX) permite um alargamento ilimitado do horizonte de consumo industrial pois estes passariam a atender a um crescente número de necessidades e desejos. Sua ampliação se dá pela diversificação e melhoria qualitativa dos produtos (*). Apontamos, porém, que nos moldes de uma atrofia crescente do setor de consumo, isto é, através de um consumismo acelerado.

É, portanto, na realização do segundo objetivo que repousa o peso da importância da pequena unidade de produção agrícola. Por quase não empregar assalariados, por não pagar salários aos membros do núcleo familiar, por praticamente não conhecer seus custos de produção, por produzir diretamente parte dos meios necessários à sua subsistência e, enfim, por estar exposto a mecanismos espoliadores de seu produto excedente, é o estabelecimento agrícola tradicional que se constitui num dos pilares da realização do desenvolvimento capitalista e do desenvolvimento urbano do país.

Diferentemente da condição normal da empresa típica do sistema econômico capitalista, o empreendimento do pequeno agricultor não funciona segundo o princípio da maximização do lucro. Utilizando intensivamente a mão-de-obra familiar e produzindo boa parte de sua subsistência, consegue vender seus produtos a preços relativamente bai -

(*) CASTRO, Antonio B. de. 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira, vol. I, São Paulo, 1972, pag. 127.

xos. Como se isso não bastasse, lembra Nilson Araújo de Souza, o regime instaurado pós-64 agregou à estrutura existente mais um elemento: a política de garantia de preços mínimos que, na prática, mantém os preços dos alimentos no mínimo possível (*). Para atender a crescente demanda decorrente do processo de desenvolvimento urbano-industrial, historicamente, o pequeno produtor ampliava sua produção utilizando terras devolutas mas mantendo a mesma estrutura ocupacional. Dessa forma impedia o aumento dos custos do processo industrial, favorecendo sua expansão.

Dessa forma, como afirma José de Souza Martins, a situação agrária "atrasada" não constitui uma aberração do sistema. Na realidade, o desenvolvimento da economia industrial só foi possível graças à existência de uma economia agrária estruturada de forma a suportar e absorver boa parte dos custos da acumulação do capital e da industrialização (**). Não obstante, entendemos que o peso relativo deste fator no processo de acumulação já não é o mesmo que nos inícios, mesmo que ainda hoje se constitua em elemento acumulacionista (uma vez deflagrada a acumulação capitalista, adquire contornos de processo auto-sustentado).

Porém, essa aparente funcionalidade do sistema deixa de existir no momento da crise. Com esta, aguçam-se as contradições existentes e surgem novas aí mesmo onde as estruturas estavam antes bem articuladas dentro de um todo

(*) SOUZA, Nilson A. de. A Crise Econômica: o povo tem a saída, São Paulo, 1982, pag. 87.

(**) MARTINS, José de S. Capitalismo e Tradicionalismo, São Paulo, 1975, págs. 39-40.

aparentemente harmônico. O desenvolvimento não se dá de forma linear. Com a expansão do capital no campo e o correspondente esmagamento da pequena produção, os problemas da agricultura brasileira se agravavam. Vejamos mais em de talhe como ocorreu esse processo.

Conforme explica Nilson Araújo de Souza, essa su posta tranquilidade começa a ser abalada a partir dos últi mos anos da expansão econômica acelerada: 1968-1973. Nesse período de ascensão aceleram-se as importações de máquinas e equipamentos e, em contrapartida, necessita-se intensificar igualmente as exportações agrícolas. Estas, facilitadas pelos aumentos dos preços no mercado mundial decorrentes do crescimento na demanda de alimentos e matérias primas no período 1971-1973, têm garantida a elevação de sua rentabilidade. Isto incentivou, de um lado, os grandes proprietários a destinarem cada vez mais terras às culturas de exportação e, de outro, atraiu novos capitais para o campo, sejam originários das indústrias, de bancos, etc., acelerando o processo de concentração das terras que é por sua vez favorecido, ainda, pela política agrícola governamental que lhe proporciona vantajosos créditos subsidiados para a expansão de produtos privilegiados. Esse processo implicou na expulsão de posseiros e arrendatários que passaram a se assalariar na produção para o mercado externo (*).

Todo esse processo resultou no esmagamento da produção de alimentos e matérias primas para o mercado in-

(*) SOUZA, Nilson A. de. A Crise Econômica: o povo tem a saída, São Paulo, 1982, pags. 87-89.

terno. O pequeno e médio produtor agrícola não conseguiu continuar logrando êxito, dadas as novas condições geradas pela expansão da agricultura de exportação, na função que lhe fora imposta pelos monopólios: produzir alimentos e matérias primas a baixo custo. Os anos da primeira metade da década de 1970 foram caracterizados pela estagnação da produção agrícola voltada para o mercado interno. Esse período marca a elevação sistemática dos preços dos produtos agrícolas, apesar da política de garantia de preços mínimos sustentada pelo governo. A produção tradicional, estrangulada pela concorrência com a produção de exportação, não consegue abastecer o mercado interno, e muito menos a baixo custo, como acontecia no período anterior. Além da ascensão dos preços dos produtos agrícolas, outros fatores, tais como a elevação das taxas de juros, dos preços das máquinas e equipamentos, etc., contribuíram para o aumento dos custos industriais, modelando uma situação de crise emergente.

O governo, percebendo a aproximação da crise, estabelece, em 1974, a agricultura como um dos setores prioritários no seu II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

A partir de 1976, a situação das exportações agrícolas tende a uma relativa estabilidade com alguns elementos de queda. Pelo menos do ponto de vista do café e do açúcar não houve recuperação do elevado nível de preços precedente. Já no caso da soja, a elevação nas exportações deve-se a um processo de expansão da produção através do "engolimento de terras".

Essa etapa de crise diferencia-se da anterior

porque o capital além de necessitar de maneira premente de alimentos e matérias primas abundantes e baratos, precisa, também, do mercado agrícola e de novos campos de inversão.

A primeira necessidade do capital é a de manter a taxa de crescimento e a acumulação num nível satisfatório, através da diminuição dos custos. A segunda, a de expansão do mercado interno, decorre da retração nas exportações, consequência da situação externa recessiva. A terceira, ainda devido à crise mundial, deriva-se do fato de que o capital passa a exigir da agricultura novos campos de inversão visto as restrições sofridas no âmbito internacional.

No período anterior à crise, a agricultura volta da para o mercado interno é relegada a um segundo plano, devido a que, em essência, a acumulação se dá basicamente através das injeções do capital externo e dos incentivos às culturas de exportação.

No segundo caso, já deflagrada a crise (a nível mundial) restringem-se as exportações e a entrada do capital estrangeiro. Nestas condições, a atenção do capital se volta, também, para a agricultura, que passa a representar oportunidades viáveis para novas inversões.

Dessa forma, torna-se mais forte o imperativo por "modernizar" a agricultura. Motivado pela situação delineada, o governo define uma série de mecanismos para estimular a produção agrícola. Essa política agrícola veio a se caracterizar como o processo que ficou conhecido como "modernização da agricultura". Esta "modernização" consiste, como afirma José de Souza Martins, no aumento da produ

ção e de produtividade. No fundo, trata-se de fomentar o abandono de comportamentos rotineiros que são substituídos por práticas modernas (*). Esse processo, em última instância, se explica, de um lado, pelo avanço do progresso técnico e tecnológico sobre a agricultura e, de outro, pela concomitante transformação nas relações de trabalho, isto é, as formas atípicas em relações de trabalho assalariado.

O esforço de "modernização" tem sido feito em todas as regiões do país, mas é notório que foi no Centro-Sul que se processaram as mais profundas mudanças tecnológicas e onde os investimentos capitalistas se concentraram. É desse mecanismo de transformação que surge o moderno complexo agroindustrial expressando a própria expansão de ramos "dinâmicos" do parque industrial (siderurgia, indústria química e farmacêutica, indústria de equipamento pesado para a agricultura) que passa a procurar na agricultura novas oportunidades de valorização. Segundo Bernardo Sorj, ao mesmo tempo que a expansão agrícola possibilita o surgimento do complexo industrial de um lado, de outro, é impulsionado por ele, acarretando uma expansão da acumulação no conjunto da economia. Neste processo, o Estado participa regulando essa dinâmica, sendo o interlocutor entre os interesses das diversas facções do capital e dos produtores agrícolas (**).

A enorme superfície que ocupa o Brasil e a gran-

(*) MARTINS, José de S. Capitalismo e Tradicionalismo, São Paulo, 1975, pags. 5-6.

(**) SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, Rio de Janeiro, 1980, pag. 66.

de diversidade nas condições de exploração das diferentes regiões do país, obrigam ao estudo separado de cada uma das principais divisões. Para o presente trabalho, interessa-nos levantar algumas das peculiaridades da situação econômica de uma dessas regiões: o Nordeste.

Com uma economia tradicionalmente destinada à exportação de produtos primários, é natural que o crescimento do Nordeste corresponda aos períodos de condições mais favoráveis do comércio exterior. A partir de 1964, como afirma Francisco Sá Júnior, esboça-se uma crise nas exportações regionais que tende a se prolongar (*). Assim, apesar de ver sua importância diminuída no conjunto da economia nacional devido à crise no setor exportador do Nordeste e à expansão do Centro-Sul, isso não exclui que possa estar ocorrendo um processo dinâmico de transformação na agricultura. As políticas promotoras deste fato, após 1964, se caracterizam por fomentar o grande capital e serem substituídas de qualquer sentido distributivista que não seja concentracionista.

As transformações, porém, se dão ao nível conjuntural e não estrutural. Na composição das forças produtivas dos estabelecimentos nordestinos, com baixos índices de tecnificação, ainda prevalece, quase que exclusivamente, a força de trabalho. Na realidade, o desenvolvimento desta região passa a se fazer em função do grande capital do Centro-Sul, o que pressupõe um crescimento desigual com al-

(*) JÚNIOR, Francisco S. O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e Função das Atividades de Subsistência, São Paulo, 1975, pag. 87.

guns pólos que sofreram importante processo de modernização, inseridos num contexto de baixa produtividade e extrema pobreza.

O crescimento da rede viária possibilitou uma maior integração do mercado estadual e regional com o nacional. A "aproximação" resultante, com as indústrias de maquinarias e insumos, e a elevada produtividade relativa do Centro-Sul, compensavam com vantagem a diferença decorrente do acréscimo com o custo de transporte. Assim, a concorrência com os produtos do Centro-Sul (apresentando preços mais baixos), conjugada com a importação cada vez maior de produção agroindustrial que passou a ocupar substancial espaço da correspondente demanda, debilitou as possibilidades para a expansão da agricultura no Nordeste.

A política de "modernização" do governo, assentada sobre seu principal instrumento, o crédito rural, tem favorecido, particularmente, os mais privilegiados em recursos fundiários. Entretanto, ela não é orientada no sentido da eliminação da pequena produção, embora ocorra uma pauperização desses produtores tradicionais.

A partir de 1975, o desenvolvimento do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) no Nordeste, valoriza as culturas energéticas. A grande pressão sobre a agricultura de subsistência passa a ser exercida, em boa medida, pela expansão dessas culturas. Nesse mesmo período, um outro elemento de pressão significativo é o planejamento do governo no sentido de incentivar a pecuária de exportação. Ao nível da política agrícola da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) há, claramente, incentivos na

pecuária. Isso porque existe demanda assegurada e benefícios governamentais. A pecuária é uma atividade de poucos riscos e muitos lucros. É, basicamente, reserva das grandes propriedades. Com a crise na indústria textil, a pecuária vem substituindo o algodão no Nordeste.

Os pequenos estabelecimentos, pressionados pela valorização das culturas energéticas e pela expansão da pecuária no Nordeste, imprensados numa área cada vez menor, não conseguem gerar, e especialmente reter, um excedente suficiente para se transformar em meios de produção inovadores, mantendo-se assim com suas características de baixa produtividade e não viabilizando a utilização de tecnologia moderna. Veremos isso mais detalhadamente no nosso estudo de caso em Lagoa Seca, ao examinar a ação "modernizante" dos programas e instituições executoras desta política no Nordeste.

Por outro lado, o canal mais legítimo de que dispõem esses produtores para encaminhar suas reivindicações é o Sindicato da classe. Por essa razão nos ocuparemos em analisar a ação e a representatividade do movimento sindical rural na área em aprêço.

Sabemos que o movimento sindical rural pós-64 se reveste de conotações e matizes que refletem a participação política de setores da Igreja e de remanescentes de antigos movimentos do período de derrota dos regimes populistas, além, é claro, do Estado autoritário.

Na formação do sindicalismo rural no Brasil, têm papel de destaque os movimentos de camponeses nos anos 60 (entre eles notadamente as Ligas Camponesas no Nordeste,

que levaram às massas rurais a idéia da necessidade de unir-se em defesa de seus direitos) e os movimentos liderados por setores da Igreja. Como afirma Bernardo Sorj, este se coloca em oposição ao suposto radicalismo das Ligas (*).

A constituição dos sindicatos rurais, entretanto, se afirma justamente no período de consolidação do movimento de 64, isto é, sob a égide do Estado autoritário. É neste período, sob o governo de Castelo Branco, que aumenta a participação do Estado nos programas de colonização, impedindo os planos de Reforma Agrária tão discutidos no governo de seu antecessor, o presidente João Goulart.

Neste contexto sócio-político, surge o sindicalismo rural brasileiro que, dado o cerceamento indireto de suas atividades, levanta reivindicações as mais restritas possíveis, ficando preso a conquistas puramente econômicas que não se projetam para uma temática mais abrangente, tal como a discussão da "racionalidade" do sistema político-institucional. A estratégia do Estado consiste no rigoroso cuidado para que as exigências sindicais se limitem a problemas imediatos de ordem econômica, afim de esterilizar a possibilidade de que lutas mais abrangentes possam abalar as bases do sistema instaurado.

(*) SORJ, Bernardo. Camponeses e Agroindústria, Rio de Janeiro, 1982, pag. 102.

I.6 - MÉTODO DE TRABALHO EMPREGADO

No desenvolvimento deste trabalho utilizamos dados primários e secundários. Os primeiros foram obtidos mediante a aplicação de questionários e a realização de entrevistas abertas com os produtores, órgãos oficiais e executores das políticas de crédito rural e assistência técnica e extensão rural e, em menor medida, com autoridades civis e políticas. Quanto aos dados secundários, foram obtidos junto à Prefeitura Municipal de Lagoa Seca, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), à Central de Abastecimento S/A (CEASA), ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e ao Banco do Brasil S/A (BBSA).

A fim de determinar a amostragem a ser analisada, fizemos o mapeamento da produção a partir de um levantamento de dados secundários. Este mapeamento consistiu em localizar cada produto em seus principais centros de origem com o qual ficou identificada a estrutura da produção olerícola do Estado, detectando-se as microrregiões, os municípios e os locais onde há maior concentração produtiva.

Listamos os produtos olerícolas classificados(*) em seus respectivos grupos e cujo mapeamento mostra o universo dos produtos com os quais é possível trabalhar.

(*) A classificação é a mesma adotada pela CEASA e que atende perfeitamente aos objetivos deste estudo.

Quadro 1: CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS OLERÍCOLAS POR GRUPOS

GRUPO 1: Folha, Flor
e Haste

GRUPO 2: Frutos

GRUPO 3: Raiz, Tubérculos
e Bulbos

• agrião

• alface

• beringela

• cebolinha

• coentro

• couve

• espinafre

• hortelã

• repolho

• chuchu

• feijão verde

• gerimum

• maxixe

• milho verde

• pepino

• pimentão

• quiabo

• tomate

• vagem

• alho

• batata doce

• batatinha

• beterraba

• cebola

• cenoura

• inhame

• macaxeira

• rabanete

Fonte: CEASA - Campina Grande

A partir dos dados levantados no Censo Agropecuário da Paraíba, 1970, para realizar o mapeamento (ver Anexo II) e da pesquisa exploratória, realizada pela autora, foi delimitado concretamente o nosso "estudo de caso". Para isso, utilizamos alguns critérios com o objetivo de escolher os produtos a serem preferencialmente tratados neste estudo. Tais critérios estão a seguir justificados:

- A seleção foi feita em função da estrutura de produção e, em particular, observando o grau de dependência do produtor em relação a determinado(s) produto(s) e à renda gerada, o que está diretamente ligado ao nível de especialização do produtor. Esse grau de dependência, varia na área tanto em função do tipo de produto, como também do grau de especialização do produtor num mesmo produto ou conjunto de poucos produtos. Assim, a produção de alface, coentro, cebolinha e pimentão é, na área em aprêço, bastante especializada. Conseqüentemente, o produtor é muito dependente do mercado. Já para produtos tais como batata doce ou feijão verde, o plantio é normalmente feito em consórcio com outras culturas destinadas à subsistência. Portanto, estes agricultores são menos dependentes do mercado.
- Atendeu-se, também, ao processo de produção. Produtos como coentro, cebolinha e alface, que têm curto ciclo e colheita diária (ou semanal) têm comportamento, na produção e no mercado,

bastante distinto de produtos como batata doce ou feijão verde, que têm ciclos trimestrais.

Em dependência de tais considerações, os produtos finalmente escolhidos foram: alface, cebolinha, coentro, pimentão, repolho, batata doce e feijão verde. De acordo com as colocações feitas acima, estes produtos constituem um universo heterogêneo e representativo, o que nos proporcionará uma compreensão mais ampla do problema levantado e do alcance das conclusões a que se chegam com a pesquisa.

Escolhidos os produtos, passamos a identificar uma área que concentrasse esta produção no Estado da Paraíba. Os principais centros de origem da produção dos referidos produtos (ver Anexo II), são os municípios de Lagoa Seca, Alagoa Nova e São Sebastião de Lagoa de Roça, todos localizados na microrregião do Brejo Paraibano (*).

Observando que o município de Lagoa Seca detém cerca de 70% da produção de olerícolas que constitui o ob-

(*) Vale ressaltar que seguimos, em termos de divisão da Paraíba em microrregiões, a classificação adotada pelo Banco Mundial no Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE.

A programação do POLONORDESTE engloba vários PDRI's - Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados.

O Estado da Paraíba, segundo o POLONORDESTE, foi subdividido em 7 sub-áreas de conformidade com os 7 PDRI's: Vale do Piranhas, com 11 municípios; Seridó Paraibano, com 15; Serra do Teixeira, com 9; Vale do Piancó, com 17; Vale do Rio do Peixe, com 16; Brejo Paraibano, com 14; Litoral, com 15.

A área definida para o PDRI do Brejo Paraibano abrange os municípios de Alagoa Nova, Arara, Areia, Bananeiras, Borborema, Pilões, Píripituba, São Sebastião de Lagoa de Roça e Serraria, todos pertencentes a microrregião do Brejo Paraibano e os municípios de Areal, Esperança, Lagoa Seca, Montadas e Puxinanã, que constituem parte da microrregião do Agreste da Borborema.

jeto deste trabalho, o qual é por si só bastante expressivo, e dada também nossa limitação de recursos para a pesquisa, nós o elegemos como área de estudo.

Tendo em vista a não disponibilidade de parâmetros da população, recorreremos ao trabalho de cadastramento de produtores que vem sendo realizado pela EMATER naquela área. Listamos nominalmente todos os produtores dedicados à olerícolas e sua localização.

Considerando, ainda, que não se pode, neste caso, estabelecer com precisão em que medida uma amostra é representativa do Universo (*), foi a mesma estabelecida em 50% da população, porcentagem que dá uma margem de segurança bastante alta, conforme a teoria e a nossa própria experiência no local. Como a população se constitui especificamente de produtores de olerícolas, a amostragem é intencional.

Os produtores de olerícolas de Lagoa Seca estão organizados em 8 sítios. Dada a situação geográfica diferenciada desses sítios, que poderia representar características específicas no que diz respeito aos diversos indicadores (tais como nível de renda, disponibilidade de água e energia, distância para o núcleo do município e para a rodovia por onde escoam a produção) e condições não homogêneas, é que decidimos escolher a amostra por sítio.

Para a escolha das pessoas a serem incluídas na amostra, empregamos a tábua de números aleatórios. Tomamos, porém, o cuidado de escolher, para cada amostra, uma reserva de 20%. À essas pessoas se recorreu só nos poucos casos

(*) ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE OF GREAT BRITAIN AND IRELAND, "Guia Prático de Antropologia", São Paulo, 1971, pag. 82.

em que se apresentaram problemas para contactar com os componentes originários da amostra.

O quadro a seguir permite ver a distribuição da população pelos sítios, assim como, a escolha da amostra.

Quadro 2: DISTRIBUIÇÃO POR SÍTIOS DOS NÚCLEOS FAMILIARES DOS PRODUTORES DE OLERÍCOLAS FIXADOS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA E AMOSTRA ESTABELECIDNA NA PESQUISA

SÍTIOS	POPULAÇÃO (núcleos fa miliares)	AMOSTRA (de 50%)
1. ALVINHO	26	13
2. FLORIANO	23	12
3. ARATICUM	15	08
4. OITI	17	09
5. MINEIRO	08	04
6. VIZINHO	07	04
7. GRUTA FUNDA	09	05
8. LAGOA DE GRAVATÁ	03	02
T O T A L	108	57

Fonte: Cadastro da EMATER - Lagoa Seca - 1979

Com esses produtores, a pesquisa foi feita de duas formas: através de entrevistas abertas e de aplicação de questionários (ver Anexo I)

Pelo contrário, com os órgãos oficiais executo -

res das políticas de crédito rural e assistência técnica e extensão rural, foram levantados dados secundários tais como a quantidade de mutuários beneficiários, o tipo e volume do crédito fornecido, a quantidade de produtores assistidos pelos programas de assistência técnica e extensão rural, tipo e qualidade dos serviços prestados, etc.

Outra parte da pesquisa, ainda com relação aos órgãos oficiais, consistiu em entrevistas diretas objetivando identificar os critérios adotados tanto pela rede bancária como pela EMATER na distribuição do crédito e na orientação técnica, respectivamente. No que diz respeito à rede bancária, foram entrevistados os chefes das carteiras agrícolas, responsáveis pela avaliação dos projetos e liberação dos créditos. Com relação à EMATER, foram entrevistados os técnicos responsáveis pela elaboração dos projetos para financiamento e àqueles que estão mais próximos dos serviços de assistência técnica e extensão rural.

A explicitação do procedimento adotado visa esclarecer o alcance, e limitações, do estudo e das conclusões de nosso trabalho. Mas, a esta questão voltaremos oportunamente, no momento de fazer as avaliações e considerações correspondentes a cada aspecto individual e da problemática em seu conjunto.

O SETOR PRODUTOR DE OLERÍCOLAS

II.1 - DESCRIÇÃO DE LAGOA SECA E OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Lagoa Seca é um dos municípios inseridos na microrregião do Brejo Paraibano. Possui uma população de 22 mil habitantes ocupando uma área de aproximadamente 130 km². Dista apenas 5 km da cidade de Campina Grande.

Dada a sua proximidade com o maior município do interior paraibano, o comércio restringe-se a pequenos estabelecimentos comerciais, caracterizados como mercearias, cerca de 20, com variado sortimento de gêneros de primeira necessidade. Pelo mesmo motivo não existe feira no local. O abastecimento na sua grande maioria fica por conta de Campina Grande, com o qual Lagoa Seca está estreitamente ligada.

O atendimento médico e dentário é realizado através de um ambulatório e de um posto médico criado com recursos do programa POLONORDESTE, recentemente inaugurado. Os casos mais graves são transportados para Campina Grande. Conta com três farmácias, sendo uma veterinária.

Existe saneamento básico servido pelo açude de Vaca Brava, localizado no município próximo de Areia. Praticamente não existe rede de esgoto.

No campo educacional, a cidade é servida por duas escolas primárias, funcionando no turno da manhã, sendo uma estadual e outra municipal, que, juntamente com as escolas rurais, mostram-se relativamente suficientes para atender a toda a população. Além disso dispõe de um curso ginasial noturno que, embora municipal, conta com professo -

res da rede estadual, mas que não atende satisfatoriamente a demanda. Além disso dispõe da Escola Integrada da Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE) ou Colégio Agrícola "Assis Chateaubriand" que funcionando desde 1971, forma técnicos agrícolas de nível médio (curso com duração de três anos). Esta escola conta hoje com 245 alunos procedentes da maioria dos municípios paraibanos, bem como de outros estados nordestinos. Entretanto, a participação de alunos de Lagoa Seca é pouco representativa, não sabendo os nossos informantes precisar o número exato.

O setor bancário é servido por duas agências: uma do Banco Itaú e outra do Banco do Brasil, esta inaugurada no início deste ano.

Uma característica bastante interessante do município de Lagoa Seca é que, apesar de constituir-se oficialmente numa cidade. (o que faz classificar oficialmente seus habitantes de população urbana), as atividades de sua população são eminentemente rurais, salvo uma pequena parte que está empregada no setor de serviços desenvolvendo atividades acima citadas, e outra que se dedica à trabalhos artesanais, confecção de figuras religiosas e típicas da região e do Nordeste, em estopa e madeira.

Por outro lado, seja na zona rural, seja na zona urbana, é marcante a influência da Igreja na configuração sócio-econômica e cultural dos habitantes de Lagoa Seca. É que a cidade tem sua origem ao lado de dois conventos: um de ordem Franciscana e outro Marista. Conta hoje, ela com uma Igreja na cidade e várias capelas distribuídas pelos sítios.

Neste contexto se formaram os hábitos e costumes da população, hoje eminentemente católica. É tão forte a participação da Igreja que ela está expressa até no artesanato local e nos nomes dos estabelecimentos comerciais.

A Igreja, também é responsável pelo atendimento médico prestado pelo ambulatório, o CEPAS (Centro Paroquial de Assistência Social), no momento através da "irmã Catarina", freira franciscana há 10 anos na cidade.

No que diz respeito à zona rural, estão funcionando 27 escolas primárias. Além disso, observamos a existência de pequenas "bodegas". A localização destas e das escolas é estratégica na medida em que, reunidas, conseguem servir a toda a comunidade rural. Os sítios que não dispõem de escolas e "bodegas", utilizam-se das mais próximas com relativa facilidade.

A produção olerícola, no município, surge a partir dos anos 50, ao lado das cacimbas construídas em função da produção de fumo e mandioca que constituía a economia do município no referido período.

Entre os contactos mais importantes que mantivemos durante este trabalho, destacamos os levados a efeito com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, José Francisco Anacleto, conhecido por "Dede". Resultaram daí excelentes e insubstituíveis informações. O mesmo é filho de agricultor, trabalhou na agricultura até os 21 anos, tendo, neste período, cursado o ensino primário. Tem sido o presidente do Sindicato desde o seu surgimento, em 1971. Por sua convivência, pela sua origem, pelo trabalho que desenvolve junto aos produtores, assim como

pelo esclarecimento e visão que demonstrou ter das questões abordadas neste trabalho de pesquisa , nos apoiamos ao longo da dissertação, com certa frequência, nas suas informações, além das obtidas diretamente dos produtores e dos agentes econômicos entrevistados.

Estas breves notas tem apenas a função de familiarizar o leitor com as características físicas mais gerais do objeto de estudo, que a seguir passaremos a abordar de outros ângulos e mais em detalhe.

II.2 - ASPECTOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DA PRODUÇÃO

Neste capítulo analisaremos a estrutura fundiária da área em estudo. A distribuição da propriedade da terra é o elemento essencial para explicar as principais características dessa agricultura e sobre a qual se desenvolve o próprio processo produtivo. Avançaremos um pouco mais, abordando, já aqui, alguns aspectos primordiais da própria produção.

A estrutura fundiária do município de Lagoa Seca, segundo a Sinopse preliminar do Censo Agropecuário de 1980, apresenta um total de 2542 propriedades com a seguinte distribuição: 23% ocupando área menor que 1 ha; 34% ocupando área de 1 a menos de 2 ha; 36% ocupando área de 2 a menos de 5 ha; 5% ocupando área de 5 a menos de 10 ha e 1% com área de 10 a menos de 100 ha. Dos dados acima descritos conclui-se que 93% das propriedades rurais de Lagoa Seca ocupam área inferior a 5 ha (conforme quadro 3). Disto deduz-se que a área efetivamente ocupada com verduras nas unidades produtoras horticuloras é ainda menor. Na nossa pesquisa optamos por trabalhar precisamente com a área cultivada, por ser a que melhor expressa a realidade da produção. A representatividade da amostra foi garantida a "priori" pelo procedimento adotado, e a "posteriori", na apreensão dos resultados (*).

(*) Comparando os resultados obtidos no levantamento da área cultivada das unidades produtoras de verduras eleitas para a pesquisa com a distribuição fundiária de Lagoa Seca, conclui-se que a amostra se enquadra perfeitamente no quadro geral município

Como podemos observar no quadro 4 anexo, há uma grande concentração de produtores (45 dos 57 componentes da amostra) no intervalo de 0 a 1 ha, representando quase quatro quintas partes do total de produtores entrevistados. Vamos considerá-los, para efeito desta análise, "produtores menores" (*). Consideramos os 7 produtores acima de 1 ha e abaixo de 4,5 ha, "produtores intermediários" e, os 5 restantes acima de 4,5 ha, "produtores maiores". Esse entendimento leva em conta, sobretudo, as condições específicas da região do caso concreto, assim como a área cultivada com olerícolas, e serve de instrumento analítico para o caso estudado. Esta diferenciação é válida para analisar aspectos tão relevantes como a distribuição do crédito, a assistência técnica e outros, mesmo que não tenha importância maior para examinar aspectos relacionados com a composição da mão-de-obra ou da estrutura da produção, entre outros.

Antes de prosseguirmos com nossa análise, gostaríamos de ressaltar uma limitação da abordagem empregada. Trabalhamos com a distribuição dos produtores por estratos de área cultivada com hortaliças. Porém, essa forma de classificar tem a desvantagem de considerar as propriedades a-

(*) Somos conscientes das várias controvérsias existentes em torno do conceito de pequeno produtor e não pretendemos entrar no mérito da questão. Apenas, definimos "produtores menores", "produtores intermediários" e "produtores maiores" em relação à distribuição da terra cultivada na área em estudo, objetivando encontrar uma denominação que facilitasse o desenvolvimento do trabalho. Contudo, não é verdadeiro que os estratos de produtores "maiores" e "intermediários" tratem de grandes propriedades no sentido mais geral utilizado quando se analisa a estrutura fundiária na agricultura brasileira.

penas pelo seu aspecto externo, deixando de lado o seu aspecto interno, que é o da produção. Isto traz o risco de que, num determinado intervalo de área, possam estar reunidas propriedades que são semelhantes pelo tamanho, mas que são profundamente diferentes quanto ao volume de produção e mesmo ao próprio processo produtivo. É que, em síntese, com o desenvolvimento na agricultura, a produção tende a se tornar mais intensiva aumentando a produtividade do trabalho humano com as novas técnicas de produção. Para exemplificar com o caso estudado, tomemos uma propriedade no sítio Vizinho (praticamente dentro da zona urbana, dispondo inclusive de água encanada) e uma de igual tamanho, no sítio Alvinho. As terras do sítio Vizinho são mais úmidas que as do sítio Alvinho que se situa numa área um pouco mais árida, embora, também, propícia ao cultivo de verduras, sé que exige relativamente maior trabalho, em especial para aguamento. Decorre desse fator uma diferença sensível na produção ainda que as técnicas empregadas sejam similares. Isso leva a uma maior especialização do produtor no primeiro caso que no segundo, que se vê compelido a produzir, além da verdura, um roçado voltado para a sua subsistência. No primeiro caso, ainda a maior proximidade com o setor urbano, facilita o contacto mais amigável com os órgãos encarregados de difundir a "moderna tecnologia", o que nos leva a acreditar numa maior "abertura" para a sua penetração. Além disso, nesse caso há maiores facilidades para o escoamento da produção e menores custos, pelo conceito de transportes, como veremos oportunamente. Mesmo assim, o dito não invalida o critério aceito, apenas traça

suas limitações.

A diferenciação dos produtores adotada como base apenas nas respectivas áreas cultivadas, deve-se de um lado, à dificuldades encontradas para determinação do volume e, ainda mais, do valor da produção e, de outro, ao nosso contato direto com todos os informantes. Isto nos levou a aceitar o tamanho da área cultivada como determinante para a classificação considerada adequada ao presente trabalho. Então, para reduzir a margem de erros, é bom não esquecer que esta classificação tem por base a área cultivada efetivamente e não a área total. Isto deve ser levado em conta na hora de apreciar as conclusões respectivas.

Segundo podemos constatar, nove em cada dez produtores entrevistados residem no mesmo local há mais de 20 anos (*). Esse fato tem sua relevância quando se observa que 52 dos 57 proprietários dos sítios analisados adquiriram suas terras há mais de 20 anos, sendo que 18 destes o fizeram por herança. Dessa estabilidade resulta certo conservadorismo que se manifesta numa determinada resistência para a aceitação de novas práticas agrícolas. Essas já vem de pai para filhos. Isso leva a que eles não se adaptem

(*) Isto não significa que o índice de migração (sobretudo para o Sul do país) seja baixo, já que este índice se refere a indivíduos e, aqui, se analisou por famílias. Não arrolamos dados suficientes dos diferentes integrantes dos núcleos familiares analisados para inferir com fundamento sobre esta questão. Estamos apenas que rendo afirmar que há uma certa ligação do homem (produtor) com a terra. E isto, em última análise, decorre, segundo "Dedé", do fato de quase todos serem proprietários das terras em que trabalham.

com facilidade aos chamados "pacotes tecnológicos" que vem vinculados com os financiamentos efetivados via recursos do BIRD, através do programa POLONORDESTE, executados pela EMATER e repassados pelo Banco do Brasil. Este fato ressalta ainda mais se se acrescenta a ele um outro elemento elucidativo: a própria estrutura fundiária. A utilização de máquinas e insumos industriais modernos (sinônimo de "modernização") não poderia lograr sucesso visto a reduzida área em que se encontram comprimidos esses produtores, mesmo aqueles considerados "maiores". Essa forma de "modernização" trabalha com economia de escala. Sua viabilidade em pequenas propriedades é limitada. Essa indisposição caracterizada, de um lado, pelas relações de produção tradicionais aliada às relações de trabalho não assalariadas e, de outro, pela impossibilidade de uma ruptura devido à estrutura agrária, somada ao insucesso justificável verificado em algumas experiências com os "pacotes tecnológicos", ajuda a compreender a pouca receptividade desse programa junto aos verdureiros. Nessa escassa aceitação tem boa culpa o fato de que esses pacotes não se adaptam às condições e recursos específicos desses produtores.

Os parâmetros anteriormente definidos têm sua importância para a questão da distribuição desigual entre os proprietários ou ocupantes. Senão vejamos: 79% do número de propriedades rurais (produtores "menores") ocupam 36% da área total cultivada com olerícolas pelos 57 informantes, enquanto que 21% do número de proprietários

rurais (produtores "intermediários" e "maiores") ocupam 64% da área total, conforme se depreende do quadro 5.

A situação acima descrita condiciona, segundo observamos durante a pesquisa, o tipo de produto a ser cultivado. Na escolha dos produtos, os produtores se veem forçados a relacionar a disponibilidade de terra com a rentabilidade (particularmente atendendo ao período de rotação do produto). Entretanto, acima dessa lógica, existem alguns fatores de ordem técnica, entre eles a disponibilidade de água, que limitam a expansão da produção de verduras.

Observamos, preliminarmente, em todos os sítios e em todas as classes de produtores, estejam estes localizados mais próximos ou mais distantes dos centros consumidores ou distribuidores, uma preferência clara pela produção de alface, coentro e pimentão. A diferença, aqui, entre as classes de produtores, consiste no fato de que as demais verduras são produzidas, quase que exclusivamente, pelos produtores "maiores" e "intermediários". Ao indagarmos aos 57 informantes, quais os olerícolas que preferem plantar e por que, as respostas reforçaram nossa observação intuitiva anterior. Os porquês da preferência por alface, coentro e pimentão, podem ser sintetizados, fundamentalmente, nas seguintes argumentações: a) 42% dos produtores sublinharam tratar-se de culturas de rápido rodízio; b) 39% responderam que são culturas de fácil manejo e de pouca despesa;

c) 19% apresentaram respostas em que se superpõem os itens a) e b). Essas respostas básicas fortaleceram a convicção de que trata-se de pequenos produtores com pouca disponibilidade de recursos materiais e financeiros, sendo este o fator que torna as culturas de alface, coentro e pimentão, determinantes para a continuidade desses trabalhadores na qualidade de produtores de hortaliças. O rápido rodízio dessas culturas, sobretudo as de alface e coentro, permite que esses produtores afirmem, semanalmente, alguma renda que possibilite ir custeando os gastos regulares para sua sobrevivência e de sua família. Esta forma de atividade econômica contribui para que eles não consigam gerar um excedente que permita o aumento dos seus meios de produção e, conseqüentemente, sua reprodução se mantém dentro dos padrões de baixa produtividade.

Por outro lado, praticamente não encontramos a utilização de adubos industriais empregando-se apenas, os de origem natural (estrume de gado e galinha) adquiridos no próprio local e, também, vindos de lugares circunvizinhos. Em pequena escala, empregam-se, assim mesmo, alguns defensivos e inseticidas, adquiridos em Campina Grande.

Um dos maiores problemas que identificamos para a produção de olerícolas em Lagoa Seca, é a falta de água. Dado que as plantações (sobretudo as de alface e coentro) resistem somente de um a dois dias sem água, isso representa um grave problema e explica, parcialmente, a rigidez da expansão na área cultivada com olerícolas. A questão da não expansão das áreas individuais cultivadas com hortaliças está diretamente relacionada com a não disponibilidade

de água. Os sistemas de irrigação usualmente empregados são bastante precários e rudimentares. Como alguns sítios não dispõem nem de energia elétrica, a irrigação é feita manualmente, à base de regador. Devido a que a região é bastante íngreme, o esforço para tal atividade é relativamente alto. Só alguns proprietários dispõem de pequenos barreiros e outros reivindicam facilidades para ter condições de construir, visto que a área favorece o levantamento de pequenas barragens. A não disponibilidade de água é o fator técnico que mais limita as possibilidades de expansão das culturas de olerícolas em Lagoa Seca. Ao ressaltarmos essa questão da não disponibilidade de água como fator limitante da expansão da produção, estamos, na verdade, levantando uma causa de ordem técnica que reflete, na prática, a questão de fundo do problema. Esta consiste na impossibilidade, nesse tipo de exploração, de geração de um excedente passível de se transformar em meios de produção adicionais, por exemplo, a construção de uma pequena barragem, por conta própria. E isso devido a mecanismos sócio-econômicos próprios do sistema no qual estão inseridos estes produtores e que operam à sua revelia. Assim, a insuficiente disponibilidade de água só é limitante na medida em que, nos marcos atuais, não possibilita uma reprodução ampliada nesse tipo de propriedade ora analisado.

Aqui, mais uma vez, o problema recai de uma forma diferente conforme a classe do produtor. Para os "maiores" e "intermediários", o problema fica mais restrito à esfera dos recursos financeiros. Para os "menores", acrescenta-se ainda a falta de recursos fundiários. A conceituação das

categorias de produtores tem sua validade operacional nas análises desenvolvidas acima, mas, a partir de outro ângulo, a localização desses produtores tem uma influência determinante na sua produção. Os sítios que se localizam em áreas que não podem dispor de água o ano inteiro, ainda que tenham propriedades classificadas nos estratos de produtores "maiores" e "intermediários" reduzem substancialmente sua produção de hortaliças e os "menores" chegam mesmo a zero, no período do verão. Contraditoriamente, é exatamente nesse período que a verdura "dá preço".

Outro problema sério é a total falta de armazenagem. A carência de condições de armazenamento se torna ainda mais séria quando se considera a perecibilidade dos olerícolas. Esse problema detectado localmente, se transfere ao nível da CEASA (agente oficial da comercialização) que, também, não dispõe de tais condições. Daí a grande viabilidade das culturas de rápido rodízio e pouca despesa.

As sementes utilizadas para novos plantios são produzidas no local ou provêm de Campina Grande. Na realidade, somente as sementes do coentro são produzidas no local. As dos demais olerícolas são compradas fora. Isto porque, com exceção do coentro (devido as suas especificidades tais como rápido amadurecimento), as demais culturas implicam em maior tempo de ocupação dos canteiros (disponíveis apenas em número reduzido visto a limitada área ocupada) o que resulta na inviabilidade econômica de sua produção. Por outro lado, estas sementes requerem maior adubamento dos canteiros o que, pelas razões antes expostas, faz com que os produtores desistam de sua produção.

Uma observação importante, é que se dedicam a plantação de roçados aqueles produtores que se localizam mais distantes do centro urbano, onde a disponibilidade de água é mais reduzida. Deste ponto de vista, a categoria em que cada produtor se enquadra tem pouca importância. Ainda que ele seja "menor", se sua propriedade se encaixa no caso acima mencionado, é compelido a cultivar parte de sua propriedade com roçados. Estes não têm destino comercial, mas de subsistência. Vale ressaltar que, o fator que determina a sua produção é a subsistência. Só em casos especiais, quando a colheita é boa, é que parte dela pode ser encaminhada para o mercado. São também esses produtores os que se dedicam a criar animais. As crias, com exceção de porcos, não têm destino comercial, mas fundamentalmente de subsistência.

A partir da nossa pesquisa, apontamos alguns problemas ligados à exploração olerícola em Lagoa Seca, tais como:

- que a área efetivamente explorada é bastante inferior à área propícia, no município, para esse tipo de cultura;
- que existe um número relativamente grande de pequenos produtores, resultando daí uma grande dispersão da produção, sem que haja, em contrapartida, um órgão congregador (por exemplo, uma cooperativa) que possibilite uma maior organização da produção e, conseqüentemente, um maior poder de barganha sobre a comercialização desta;
- que não existe uma infra-estrutura adequada, principalmente no que se refere ao abastecimento de água, su

ficiente para a produção atual e armazenamento desta, o que se constitui em um sério limite à sua expansão;

- que, dada a impossibilidade de geração de um excedente transformável em meios de produção adicionais, os níveis de produtividade são muito baixos;

- que existe uma preocupação geral dos produtores, no que tange à disponibilidade de mão-de-obra, o que, ao nosso ver, a questão está na baixa remuneração oferecida, fato que, por sua vez, se deriva da própria situação precária desses produtores (abordaremos essa questão mais detalhadamente no item a seguir);

- a especialização dos produtores é tanto maior quanto mais próximo estão do centro urbano, visto ser esta a área mais propícia ao cultivo de verduras, além das facilidades no escoamento da produção.

Gostaríamos de adicionar na presente análise mais um elemento que nos foi esclarecido pelo técnico da EMATER de Lagoa Seca, Severino Lourenço Quirino. Para ele, a causa principal da estagnação da produção prende-se ao fato de que muitas propriedades estão se transformando em combinação de unidade produtiva com área de lazer, em "mini-granjas", segundo a denominação específica dada na região para caracterizar estes casos. Informou-nos que a intensificação dessa procura, especialmente por parte da população de Campina Grande, provocou uma valorização das terras das propriedades localizadas nas áreas mais privilegiadas que, já em fins de 1982, atingiam a cifra de Cr\$ 1.000.000,00 por ha! Este é um fato que vem se manifestando e intensificando em período bem recente, a partir de inícios dos anos 80, cerca de dois

anos atrás. Uma avaliação precisa deste fator só seria possível com uma pesquisa mais ampla que abrangesse todos os sítios do município. Contudo, pode-se facilmente deduzir o que isso significa como opção para o produtor sufocado por sua precária situação financeira.

Em conclusão, pode-se afirmar que a estrutura agrária mostra uma grande concentração de produtores no estrato que denominamos "menores", conferindo à produção de verduras um caráter atomizado. A carência de infra-estrutura, sobretudo no que diz respeito à irrigação e condições de armazenamento, tem obstaculizado, a nível técnico, a expansão da produção no município. A tendência a essa estagnação é reforçada ainda mais pela transformação de algumas áreas produtoras em "mini granjas".

O tamanho da propriedade, o baixo nível de produtividade, inviabiliza o desenvolvimento do progresso técnico na pequena produção. A causa principal segue sendo a dificuldade de capitalização que permita o aumento de seus meios de produção.

Os produtores, com exceção daqueles que se localizam nas áreas mais privilegiadas, produzem além da verdura outras culturas voltadas para a subsistência. Longe, porém, de se pensar numa "economia natural". Trata-se, sim, de uma economia em que a cultura comercial, a verdura, provê uma renda necessária para a aquisição dos objetos de consumo que não são produzidos na propriedade.

Em geral, trata-se de pequenas propriedades (mesmo as consideradas para efeito deste estudo como "maiores") incapazes de gerar um excedente suficiente para se trans-

formar em novos meios de produção, mantendo-se com suas características de baixa produtividade. Para solidificar mais esta afirmação passemos, a seguir, à análise da composição da força de trabalho empregada, observando em particular a participação do trabalho familiar e assalariado nessa forma de produção.

QUADRO 3: ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA

INTERVALOS DE ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTOS (nº)	ESTABELECIMENTOS (%)
[< 1)	587	23
[1 a 2)	876	35
[2 a 5)	905	36
[5 a 10)	138	5
[10 a 20)	27	1
[20 a 50)	8	-
[50 a100)	1	-
T O T A L	2.542	100

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980, Volume 2, Tomo 1, nº 6.

QUADRO 4: NÚMERO DE PRODUTORES POR SÍTIO X EXTENSÃO DE ÁREA CULTIVADA COM HORTALIÇA, AGRUPADOS EM INTERVALOS SIGNIFICATIVOS

64.

SÍTIOS	INTERVALO DE ÁREA 1/8 a 1/3 (ha)		INTERVALO DE ÁREA 1/2 a 1 (ha)		INTERVALO DE ÁREA 1.1/2 a 2.1/2 (ha)		INTERVALO DE ÁREA 4.1/2 a 6 (ha)		INTERVALO DE ÁREA 10 (ha)		T O T A I S	
	Nº DE PRO- DUTORES (unidade)	ÁREA OCUPADA (ha)	Nº DE PRO- DUTORES (unidade)	ÁREA OCUPADA (ha)	Nº DE PRO- DUTORES (unidade)	ÁREA OCUPADA (ha)	Nº DE PRO- DUTORES (unidade)	ÁREA OCUPADA (ha)	Nº DE PRO- DUTORES (unidade)	ÁREA OCUPADA (ha)	Nº DE PRO- DUTORES (unidade)	ÁREA OCUPADA (ha)
ALVINHO	1	0,25	11	7,50	-	-	-	-	1	10,00	13	17,75
GRUTA FUNDA	1	0,25	4	3,50	-	-	-	-	-	-	5	3,75
MINEIRO	-	-	1	0,75	3	6,50	-	-	-	-	4	7,25
OITI	1	0,33	4	2,50	2	4,25	2	10,00	-	-	9	17,08
ARATICUM	1	0,12	3	1,50	2	3,50	2	10,50	-	-	8	15,62
VIZINHO	1	0,33	3	2,50	-	-	-	-	-	-	4	2,83
LAGOA DE GRAVATÁ	-	-	2	1,50	-	-	-	-	-	-	2	1,50
FLCRIANO	5	1,00	7	3,30	-	-	-	-	-	-	12	4,30
T O T A I S	10	2,28	35	23,05	7	14,25	4	20,50	1	10,00	57	70,08

FONTE: PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA

NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA - 1982

QUADRO 5 DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE OLERICULTORES X ÁREA OCUPADA, SEGUNDO OS SÍTIOS

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)	S Í T I O S						ARATICUM		VIZINHO		LAGOA DE GRAVATÁ		FLORIANO		T O T A I S					
	ALVINHO		GRUTA FUNDA		MINEIRO		CITI		Nº DE PRO- DUTORES (UNIDADE)	ÁREA OCUPADA (ha)	Nº DE PRO- DUTORES (UNIDADE)	ÁREA OCUPADA (ha)	Nº DE PRO- DUTORES (UNIDADE)	ÁREA OCUPADA (ha)	Nº DE PRO- DUTORES UNIDADE. %	ÁREA OCUPADA ha	%	%		
TOTAIS	13	17,75	5	3,75	4	7,25	9	17,08	8	15,62	4	2,83	2	1,50	12	4,30	57	100	70,08	100
ATÉ 1 ha	12	7,75	5	3,75	1	0,75	5	2,83	4	1,62	4	2,83	2	1,50	12	4,30	45	79	25,53	36
MAIS DE 1 ha	1	10,00	-	-	3	6,50	4	14,25	4	14,00	-	-	-	-	-	-	12	21	44,75	64

FONTE--: PESQUISA DE CAMPO REALIZADA

NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA - 1982

II.3 - MÃO-DE-OBRA E O CARÁTER DAS UNIDADES PRODUTIVAS

Neste capítulo pretende-se avaliar a importância e o papel que cabe ao trabalho familiar e ao trabalho assalariado nas unidades pesquisadas, para assim determinar a incidência das diversas relações de trabalho.

A estrutura demográfica da amostragem pesquisada constitui um elemento da maior relevância que ajuda a compreender e a definir a forma de produção desses produtores de olerícolas de Lagoa Seca. Senão vejamos: os 57 entrevistados têm um total de 315 filhos, dos quais, 180 estão trabalhando junto com os pais na produção (ver quadro 6). Considerando que 68 do total são menores de 5 anos, portanto, totalmente incapacitados ainda para o trabalho, a proporção dos filhos desses produtores, em idade produtiva (*), que fazem parte da mão-de-obra familiar participando no desenvolvimento das tarefas de produção, se torna bastante elevada: passando de 57% para 73%. Por seu lado, as mulheres também têm atividade na produção. Um fato curioso é que a maioria das mulheres, em quase todos os sítios, além das tarefas executadas na produção de verduras, desempenham uma atividade complementar e específica: fazem, elas próprias, canteiros de flores para serem vendidas nas

(*) Por idade produtiva não entendemos aqui o critério convencional, que a estabelece por volta dos 14 anos, mas a que se dá de fato entre os camponeses. No nosso caso, como é aliás habitual no Nordeste, a idade a partir da qual as crianças podem executar tarefas auxiliares, e na prática desde os 6 anos.

feiras. Nessa atividade não há a participação dos homens.

Nos sítios situados em locais mais distantes da cidade e que possuem, além da plantação de verduras, um pequeno roçado, os diversos membros da família participam (no roçado) com tarefas específicas. Aos homens, a maioria das vezes, competem as atividades de limpeza da área e confecção dos lerões, atividades essas que requerem maior esforço físico. As mulheres e crianças, em geral, se encarregam do plantio e colheita dos produtos.

Por outro lado, podemos constatar o fato de que se recorre ao emprego de assalariados, principalmente permanentes, no processo produtivo. No quadro 7, podemos ver que 22 dos entrevistados pagam com frequência pela utilização de mão-de-obra e 10 pagam esporadicamente (só nos períodos em que o volume diário de trabalho aumenta consideravelmente). Esses 22 proprietários que pagam permanentemente mão-de-obra, mantêm um contingente estável de 38 trabalhadores assalariados, dos quais, no momento da pesquisa, 26 eram crianças entre 10 e 15 anos, contratadas sobretudo para ajudar no trabalho de aguamento. Constata-se, assim, o amplo emprego de crianças, as quais respondiam, no momento da pesquisa, por 7 de cada 10 trabalhadores assalariados permanentes dessas unidades. O recurso à ajuda de menores, pagando diárias relativamente baixas, constitui-se numa das maneiras utilizadas, nessa forma de exploração, para contornar suas dificuldades econômicas.

Se considerarmos que dos 57 entrevistados, 5 são solteiros e 1 é viúvo, temos o seguinte quadro do total de

pe^{so}as (da família) trabalhando nos sítios: 51 proprietários casados; 51 mulheres, esposas dos proprietários; 1 proprietário viúvo; 5 proprietários solteiros; 180 filhos trabalhando na agricultura. Consequentemente, temos 288 pessoas ocupadas nos correspondentes processos produtivos das respectivas famílias.

Comparando esses dados de mão-de-obra familiar com o contingente total dos trabalhadores permanentes dessas unidades, vemos que a família responde por 88% da mão-de-obra permanente. Verificamos, pois, que é essencialmente a família que representa a unidade básica de produção. Além do mais, vale ressaltar que tanto os proprietários solteiros quanto os pais com todos os filhos menores de 5 anos (e existem 9 casos destes entre os entrevistados!) são obrigados a pagar mão-de-obra, pois, no seio da família, não dispõem, pelo menos transitoriamente, de membros habilitados para se integrar ao processo produtivo.

No que se refere à composição da força de trabalho, pode-se verificar que a utilização do trabalho familiar é muito intensa nas propriedades pesquisadas. Vimos que ela representa cerca de 90% da força de trabalho empregada em caráter permanente. Mesmo considerando as épocas de maior demanda da mão-de-obra, isto é, incluindo o contingente dos trabalhadores temporários, a participação da mão-de-obra familiar ainda assim é de mais de 80%. Um índice por demais expressivo!

Conforme aponta Lenin, o fator principal para medir o índice de penetração do capitalismo na agricultura é

o trabalho assalariado, a intensificação do emprego de maquinaria (*) e não apenas o tamanho da propriedade. Como vimos, no nosso caso encontramos propriedades de tamanhos bastante reduzidos e utilizando intensamente formas não assalariadas de relações de trabalho, que são atípicas no modo de produção capitalista.

A participação do assalariado temporário é bem menor que a do assalariado permanente quando se trata, como no presente caso, da pequena produção. Isso indica que o trabalho assalariado temporário é, nestas propriedades, apenas um complemento ao trabalho familiar e assalariado permanente. O assalariado temporário assume maior importância nas propriedades de maior valor da produção. Isso porque é nessas propriedades que vem a ser possível a exploração de culturas sazonais, onde a dependência da produção ao emprego de assalariados temporários é muito maior.

O que constatamos não foge às generalidades teóricas pertinentes. Por exemplo, Grazião Silva, quanto à importância que representa o trabalho familiar na força de trabalho empregada em propriedades minifundistas, chama a atenção para o fato de que "... nos imóveis em que provavelmente ocorre a produção camponesa, o trabalho assalariado temporário é apenas um complemento do trabalho familiar; este representa o contingente mais importante no processo produtivo" (**). Em resumo, no nosso caso toda a família co

(*) LENIN, V.I. Nuevos Datos sobre las Leyes de Desarrollo del Capitalismo en la Agricultura, in: Obras Escogidas, Tomo III, s/l, editorial Cartago, s/d, pag.370.

(**) SILVA, José G. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, São Paulo, 1980, pag. 92.

labora na realização da produção. Quando esta é insuficiente, emprega complementarmente trabalhadores extra-família; mas quando ela é excessiva, assalaria uma parte de seus membros.

Num estudo desta natureza, há uma relação que todo autor está tentado a estabelecer: a existente entre a renda bruta anual e a mão-de-obra permanente. Como a mão-de-obra familiar representa aproximadamente nove décimos da mão-de-obra permanente, é aceitável, neste caso, partir da família para proceder ao cálculo da "remuneração" por pessoa ocupada. A inclusão dos trabalhadores que não são da família, no cálculo, não modifica significativamente o resultado final.

A dificuldade de tal procedimento está, obviamente, na determinação da renda bruta anual. Como era previsível, não conseguimos, através da aplicação do questionário nem da insistência nas entrevistas, arrolar dados dignos de fé, suficientes para julgar sumariamente sobre o montante da renda bruta, visto a grande variedade e instabilidade de preços no ramo aqui analisado além, ainda, das consequências do baixo grau de instrução dos entrevistados. Não existe, obviamente, o mais rudimentar esboço de uma apuração que inclua receitas e despesas, nem sequer um cálculo aproximado. Tal questão contabilística nem de longe chama a atenção dos horticultores.

Se bem renunciemos a seguir até o fim esse caminho indicado pela lógica acadêmica, não deixamos de fazer a tentativa. Mais uma vez recorreremos à experiência de "Dedé" e com sua ajuda, mais as poucas informações fidedi-

gnas que conseguimos arrolar durante a pesquisa e confiando no conhecimento aportado pela nossa vivência no campo, objeto de estudo, conseguimos fazer um cálculo aproximado. O resultado foi que encontramos para o ano de 1982, uma renda bruta anual de aproximadamente Cr\$ 360.000,00 para cada um dos 45 "produtores menores", de Cr\$ 720.000,00 para os 7 "produtores intermediários" e de Cr\$ 1.800.000,00 para os 5 "produtores maiores" (cálculo por unidade de produção) (*). Isso nos dá uma renda bruta média mensal em torno de Cr\$ 30.000,00, Cr\$ 60.000,00 e Cr\$ 150.000,00 respectivamente (conforme quadrô 7) (**).

Entretanto, considerando o número médio de pessoas ocupadas por família em cada categoria (respectivamente 5,4; 3,0; 5,2) fica claro (conforme quadro 9) que a renda bruta média mensal obtida em 1982 foi, para os membros dos núcleos familiares dos produtores "menores", inferior

(*) Os dados sobre renda bruta anual foram concebidos a partir de uma estimativa "grosso modo" da produção se manual e da média de preços vigente (na Ceasa e feira livre) na época. Com esse suporte conseguimos estimar uma renda bruta mensal para os "menores" produtores de Cr\$ 40.000,00, e Cr\$ 80.000,00 para os produtores "intermediários" e de Cr\$ 200.000,00 para os "maiores" produtores, no período do verão. No inverno, admitimos, conforme as informações fornecidas pelos entrevistados, uma queda de 50% nas receitas para efeito do cálculo (embora eles alegassem que chega a uma queda maior).

(**) Esses dados, embora calculados à base heurística, merecem bastante crédito. Além do mais, sua confiabilidade se vê reforçada pelo fato de que coincidem "grosso modo" com as estimativas, para 1976, feitas por Graziano Silva para a produção camponesa, onde conclui que o valor da produção obtido mal chega a proporcionar um salário mínimo por pessoa ocupada. Cf. SILVA, José G. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, São Paulo, pág. 90.

à metade de um salário mínimo (*) mensal da época da pesquisa, cerca de Cr\$ 5.600,00 aproximadamente, por pessoa ocupada, subindo a Cr\$ 20.000,00 para os "intermediários" e Cr\$ 28.900,00 para os "maiores". Evidentemente, a inclusão dos assalariados permanentes e dos temporários no cálculo da renda bruta mensal diminuiria progressivamente o resultado obtido para cada categoria. O dado que incorre em menor margem de erro se refere aos produtores "menores" visto representarem 79% da população entrevistada.

Ainda que quantitativamente haja uma discrepância considerável na renda bruta mensal auferida pelas distintas categorias, isso só é bastante para refletir diferenças nas condições sociais e demonstrar as maiores ou menores facilidades de se transformar em produção capitalista, tanto pelo emprego de assalariados como pela possibilidade de maior utilização de meios de produção. Entretanto, visto que estamos lidando com renda bruta e esta, mesmo para os "maiores" produtores, representa cerca de 10 a 11 salários mínimos para uma família que em média é composta por 5 membros, descendo para cerca de 2 salários mínimos para os "menores" com uma família composta em média, também, por 5 pessoas, deduzem-se as dificuldades dos pequenos produtores para obter progressos econômicos com base em novos investimentos.

Isso nos evidencia como é difícil, e até mesmo impossível, uma reprodução ampliada neste tipo de propriedade. Ao contrário, a alternativa que se apresenta para estes produtores, com renda tão baixa, é a de se assalariar

(*) Para efeitos de comparação apresentamos um pequeno e-
(cont.)

(ou assalariar parte da família) para garantir sua sobrevivência. Uma solução de fundo e de longo prazo só pode ser resultante de transformações estruturais, ao nível nacional, como a distribuição de terras.

(continuação)

xercício que estima o salário mínimo mensal do ano de 1982, como segue:

jan/abr - Cr\$ 9.734,00 X 4 = Cr\$ 38.936,00
mai/out - Cr\$ 13.920,00 X 6 = Cr\$ 83.520,00
nov/dez - Cr\$ 16.608,00 X 2 = Cr\$ 33.216,00
Cr\$ 155.675,00 + 12 = Cr\$ 12.972,90

155.672

QUADRO 6: DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FILHOS DOS PRODUTORES POR SÍTIOS, AGRUPADOS POR IDADE (PRODUTIVA E NÃO PRODUTIVA)

SÍTIOS	FILHOS EM IDADE NÃO PRODUTIVA (ATÉ 5 ANOS)	FILHOS EM IDADE PRODUTIVA		TOTAL DE FILHOS
		NÃO TRABALHAM NO SÍTIO	TRABALHAM NO SÍTIO	
LVINHO	15	10	48	73
RUTA FUNDA	05	06	22	33
INEIRO	01	08	11	20
ITI	05	08	31	44
RATICUM	13	13	10	36
IZINHO	03	11	15	29
LAGOA DE GRAVATÁ	04	02	06	12
LORIANO	22	09	37	68
TOTAIS	68	67	180	315

ONTE- PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA ... , NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA-1982

QUADRO 7: DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES PRODUTORAS QUE EMPREGAM MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA E NÚMERO TOTAL DE M
ASSALARIADOS, POR SÍTIO

SÍTIOS	USA ASSALARIADOS COM FREQUÊNCIA		EMPREGA ASSALARIADOS ESPORADICAMENTE		NÃO PAGA MÃO-DE-OBRA	T O T A I S			
	nº de unidades	nº de pessoas	nº de unidades	nº de pessoas		TOTAL DE UNIDADES	EMPREGA MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA		
							FREQUENTE	ESPORÁDICA	TOTAL
ALINHO	04	14	02	05	07	13	14	05	19
ATA FUNDA	02	03	-	-	03	05	03	-	03
NEIRO	-	-	02	02	02	04	-	02	02
PI	06	08	02	03	01	09	08	03	11
ATICUM	04	04	01	01	03	08	04	01	05
ZINHO	02	03	01	03	01	04	03	03	06
SOA DE GRAVATÁ	02	02	-	-	-	02	02	-	02
ORIANO	02	04	02	02	08	12	04	02	06
T O T A L	22	38	10	16	25	57	38	16	54

TE: PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA - 1982

ADRO: 8 DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA PERMANENTE POR SÍTIOS E INTERVALOS DE IDADE

SÍTIOS INTERVALO DE IDADE	ALVINHO	GRUTA FUNDA	MINEIRO	OITI	ARATICUM	VIZINHO	LAGOA DE GRAVATA	FLORIANO	T O T A L
entre 0 e 15 anos	09	02	-	06	02	02	02	03	26
mais de 15 anos	05	01	-	02	02	01	-	01	12
T O T A L	14	03	-	08	04	03	02	04	38

ONTE: Pesquisa de campo, no município de Lagoa Seca - 1982

QUADRO 9 DEMONSTRAÇÃO DA RENDA BRUTA MENSAL POR NÚCLEO FAMILIAR E "REMUNERAÇÃO" POR PESSOA OCUPADA DA FAMÍLIA

CATEGORIAS DE PRODUTORES	QUANTIDADE DE PRODUTORES (nº) a	MÃO-DE-OBRA FAMILIAR OCUPADA (nº)		RENDA BRUTA ANUAL POR NÚCLEO FAMILIAR (cr\$) d	RENDA BRUTA MÉDIA MENSAL P/NÚCLEO FAMILIAR (cr\$) $e = \frac{d}{12}$	REMUNERAÇÃO MENSAL APROXIMADA POR PESSOA OCUPADA $f = \frac{e}{c}$
		total (b)	média por núcleo (c)			
MENORES (0 a 1 ha)	45	241	5,4	360.000,00	30.000,00	5.600,00
INTERMEDIÁRIOS (> 1 e < 4,5 ha)	07	21	3	720.000,00	60.000,00	20.000,00
MAIORES (acima de 4,5 ha)	05	26	5,2	1.800.000,00	150.000,00	28.900,00

FONTES: PESQUISA DE CAMPO REALIZADA NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA - 1982

NOTAS: Para o cálculo de "d" aceitamos a estimativa de uma renda bruta mensal igual a cr\$ 40.000,00 para os "menores", cr\$ 80.000,00 para os "intermediários" e cr\$ 200.000,00 para os "maiores", no período do verão, considerando uma queda de 50% no período do inverno.

II.4 - AS FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO E SEU SIGNIFICADO

Pretende-se, aqui, levantar o primeiro destino da produção olerícola de Lagoa Seca, discriminando a participação do Intermediário(*) tradicional e da CEASA(**) no processo de circulação dessa produção. Constata-se que a modalidade de venda direta ao consumidor foi substancialmente reduzida após a implantação da CEASA, o que traduz a efetivação parcial de um dos seus objetivos: tornar-se o único agente da comercialização. O circuito produtor-consumidor direto, realizado através da feira livre, tornou-se ilegal. Indícios certos permitem afirmar que ele não foi completamente anulado, mas detectá-lo e, ainda mais, quantificá-lo, é tarefa quase que impossível e foge aos nossos objetivos diretos. Nós nos atemos à participação da CEASA e do intermediário tradicional nesta análise, deixando de lado a parcela relativamente pequena da produção que, iludindo à fiscalização (através dos mais diversos subterfúgios, e mesmo subornando os postos fiscais) consegue chegar até as feiras livres sem intermediação.

Na verdade, nosso estudo se restringe mais aos aspectos ligados às consequências dessa ação mediadora na organização e escala da produção. Por essa razão, nesse discurso não aprofundaremos o papel do intermediário no

(*) Empregamos o termo intermediário (no singular) para designar em concreto essa conhecida figura do processo circulatorio e o termo intermediários (no plural) para denominar em geral os agentes que atuam no processo de circulação (aqui: Intermediário + CEASA).

(**) A CEASA é uma empresa pertencente ao Sistema Nacional de Abastecimento, órgão Federal, e está organizada segundo os princípios de Sociedade Anônima. No Nordeste, participam SUDENE - COBAL - Estado, nas demais regiões, COBAL - Estado. No que diz respeito à sua atuação, chamamos, às vezes, de CEASA ao conjunto de intermediários, comerciantes atacadistas e varejistas, que atuam no seu interior.

repassa das mercadorias ao consumidor, ou na filosofia da criação das CEASAs e o papel efetivo desempenhado pelas CEASAs locais nesse mesmo processo (*). Pelo contrário, apontaremos a participação relativa do intermediário e da Ceasa no escoamento da produção e a influência dessa intermediação na própria produção e nos produtores. Em suma, interessa-nos apenas o nexo produtor-intermediários, e isso só no sentido da ação dos segundos sobre os primeiros.

Como podemos observar no quadro 10, os produtores colocam sua produção no mercado através da CEASA ou do intermediário, ou mesmo por meio dos dois simultaneamente. Do total dos entrevistados, 42% entregam sua produção ao intermediário, 42% à CEASA e 16% utilizam-se dos dois canais ao mesmo tempo. Entretanto, 17% dos produtores que só recorrem à CEASA, explicaram que, apesar dos custos de transporte mais elevados (120 km de distância a mais), entregam sua produção na CEASA de João Pessoa, dado que lá sempre conseguem vender tudo. Isto já aponta para graves insuficiências da estrutura de demanda em Campina Grande, que a CEASA local não conseguiu eliminar.

Fica evidente, pelos percentuais acima e pelos dados globais e por sítio do quadro 10, que não há uma preferência clara entre o intermediário "clássico" e a CEASA. Ou, mais precisamente, há uma disputa de igual entre ambos, independentemente dos motivos, objetivos e subjetivos, condicionantes de tal estado. Os que entregam ao intermediário alegam como vantagens: o pagamento na hora, a isenção

(*) Está sendo desenvolvido um outro trabalho, no mesmo mestrado, por Ailton Elisiário de Sousa, exatamente sobre esse tema.

dos impostos e taxas exigidas na CEASA e o fato de não precisarem se deslocar com sua produção visto que o intermediário apanha a mercadoria na porta e, às vezes, se incumbem até da tarefa de colhê-la no próprio canteiro. Os que entregam na CEASA já alegam preço melhor, apesar das taxas e impostos cobrados (que são considerados altos) e do custo com o transporte dos produtos até o local da CEASA. Consenso existe de que a atuação do intermediário dentro mesmo da CEASA é ainda mais exploratória. No balanço de vantagens e desvantagens dos diferentes agentes intermediários, ficam umas pelas outras e há uma situação de indiferença, nitidamente verificada em nossa pesquisa.

A simplificação do sistema de comercialização da produção, em benefício dos produtores e da expansão da produção, se constitui em propalada preocupação governamental. Na região do Brejo Paraibano podemos exemplificar uma forma concreta dessa preocupação, citando o programa POLONORDESTE e, em particular, seu sub-projeto específico sobre comercialização, onde se propõem medidas de amparo ao produtor. Tal filosofia permeia, também, a criação e expansão das CEASAs.

Um dos objetivos implícitos da CEASA seria liquidar a rede de intermediários tradicionais, ficando, ela própria, como a centralizadora oficial e única do processo de comercialização. Porém, segundo os dados arrolados, constatamos que, no nosso caso, tal desígnio está longe de ser cumprido: o intermediário tem se adaptado perfeitamente às condições de convivência com a CEASA, mantendo uma participação muito significativa e batalhando palmo a

palmo com a rede oficial.

Dado que a atuação do intermediário, na modalidade atual, se ajusta às brechas deixadas pela política agrícola, tratar do sistema de comercialização é, também, questioná-lo nas formas em que se apresenta hoje. E não se trata só de suas imperfeições, mas de sua essência mesma.

Interessa, agora, examinar à luz desse esquema de comercialização que não oferece grandes alternativas reais, pelo menos para o pequeno produtor, o nível de dependência deste em relação à sua produção. Em primeiro lugar, observamos que, no caso da produção de verduras, não existe uma parte da produção que está voltada para o consumo e outra que está voltada para o mercado. De fato pode-se considerar que toda a produção é vendida. Devido aos hábitos alimentares do produtor e sua família, a quantidade de verduras que entra na sua cesta de consumo, pelo menos no caso concreto aqui analisado, é ínfima e insignificante para fins analíticos. Eles próprios são unânimes em afirmar que vendem toda a produção. É uma cultura, neste caso, tipicamente comercial. A subsistência dos produtores é, parcialmente, assegurada pelos roçados nos sítios em que eles existem ou, então, através do mercado, nos sítios mais especializados.

Por outro lado, existe um período do ano, o "inverno", em que há uma queda significativa dos preços da verdura. Isso porque, segundo os entrevistados, "com chuvas, a verdura dá em todo lugar, até nos quintais das residências urbanas". Conseqüentemente, a procura global

cai levemente, ainda que a produção de todos eles aumente substancialmente. Até os produtores locais e de outras localidades que não se dedicam com regularidade ao cultivo de verduras pelo fato de não disporem de água em abundância, no inverno preparam seus canteiros, contribuindo, assim, para elevar ainda mais a oferta agregada.

Em síntese, a verdura atinge preços compensatórios no verão e não chega a ser rentável no inverno. E que fazem os produtores para enfrentar essa oscilação sazonal dos preços? Os que têm condições relativamente melhores procuram fazer reservas de mantimentos e, se possível, de dinheiro, para passar o inverno. Nessa época, todos eles vendem barato, chegando a ter prejuízo e mesmo a se ver em situação de ser obrigado a perder a produção por não conseguir colocá-la no mercado.

No que diz respeito à colocação da produção no mercado, o maior problema desses produtores (sejam "menores", "intermediários" ou "maiores") é a instabilidade de preços e de demanda física, do mercado. Esta instabilidade é ocasionada pela conjunção de múltiplos fatores técnicos e sociais, que vão desde a anarquia na produção até a inconstância climática. Dado o nível de pauperização desses produtores, não têm condições de recorrer à práticas de estocagem, de forma que ficam mesmo compelidos a vender sua produção a qualquer preço ou, até mesmo, a vê-la perdida, não realizada.

Por outro lado, dadas as especificidades no preparo da terra e dos canteiros para a produção de verduras, não há a possibilidade de um eventual rodízio de culturas,

o qual representaria uma alternativa para enfrentar os períodos de preços desfavoráveis. Ironicamente, quando há escassez relativa de chuvas no período do inverno, prejudicando os demais agricultores, este fato favorece os produtores especializados em hortaliças, privilegiados no que diz respeito ao volume das necessidades do fator água.

Além disso, estão sujeitos a mais dois elementos de pressão: a concorrência com outras regiões, especialmente o Centro-Sul, e com a agroindústria em geral. Não temos dados precisos para avaliar com segurança o efeito desses dois elementos no mercado. Entretanto, a partir de informações colhidas na própria CEASA, é significativa a importação de verduras menos perecíveis, tais como, cenouras e beterraba. Essa concorrência só não ocorre efetivamente com produtos de alta perecibilidade (*) como coentro e cebolinha que, por outro lado, sofrem concorrência com a agroindústria, através de seus produtos "temperos prontos". Foi observado, na rede de comercialização, principalmente supermercados, a existência de algumas marcas bem conhecidas: Arisco e Maggi. Através de entrevistas informais com os "estoquistas" destes supermercados, podemos afirmar que tais produtos estão ocupando uma faixa cada vez maior de mercado, substituindo os produtos originários da terra.

A produção dos pequenos proprietários em termos de áreas, no caso estudado, é também pequena em termos de valor da produção. Ou seja, as quantidades produzidas pelas

(*) Outros produtos de menor perecibilidade como o alho também estão sujeitos a essa forma de concorrência no mercado.

unidades de produção são pequenas e o número de produtores é grande. Em outras palavras, a produção é extremamente dispersa. Num modelo de desenvolvimento capitalista que subsidia (como veremos no capítulo seguinte) e defende a grande propriedade, a distribuição da terra influi no mercado de oferta de produtos agrícolas.

Observamos, então, que o atual esquema de comercialização, mesmo após a introdução da CEASA, no caso aqui analisado, não tem ajudado ao menos significativamente no desenvolvimento e expansão da produção de verduras. Pelo menos a pesquisa não detectou nenhum indício neste sentido. A explicação que desprende-se de nossas observações é de que a CEASA não conseguiu (e é questionável se no marco sócio-econômico-institucional atual é possível) se transformar em alternativa qualitativamente diferente e real da representada pelo intermediário tradicional. Isto é tão certo que não foi difícil a adaptação do intermediário, que hoje divide de igual para igual o mercado com a CEASA. E para o produtor nada mudou, sendo indiferente que o agente de comercialização seja o intermediário privado que compra no campo ou os que atuam na CEASA. E dada a total dependência desses produtores à produção de poucas verduras de rápida perecibilidade e de mercado instável, sua situação é precária e de grandes riscos. Emanam, em última instância, de fatores de natureza sócio-econômica-política, e se manifestam através dos de natureza técnica. Estes fatores vão incidir, também, no seu comportamento diante das tentativas de "modernização", como se verá mais adiante.

ADRO10: PREFERÊNCIA DOS PRODUTORES, POR SÍTIO, DE CANAIS DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO

LENTOS A COMER REALIZAÇÃO	SÍTIOS	ALVINHO	GRUTA FUNDA	MINEIRO	OITI	ARATICUM	VIZINHO	LAGOA DE GRAVATÁ	FLORIANO	T o t a l
CEASA		5	1	2	5	5	3	-	3	24
INTERMEDIÁRIO		6	1	1	4	2	1	2	7	24
CEASA E INTERMEDIÁRIO		2	3	1	-	1	-	-	2	09
T O T A L		13	05	04	09	08	04	02	12	57

NTE: Pesquisa de campo no município de Lagoa Seca - 1982

II.5 - FINANCIAMENTO E "MODERNIZAÇÃO"

O crédito rural destaca-se hoje como o principal instrumento da Política Agrícola e é apresentado como promotor do processo de "modernização da agricultura". Isso nos levou a fazer uma pequena incursão geral nas questões do crédito rural a nível nacional, antes de examinar seu papel no caso que ora nos ocupa.

A política de crédito barato e relativamente abundante destaca-se entre os mecanismos aplicados pelo governo para incentivar a produção agrícola. Em linhas gerais, no Brasil, os juros reais aplicados ao crédito rural são negativos e os prazos para pagamento, que variam em função da finalidade, chegam mesmo até o limite de 12 anos quando destinados a investimentos, além de contarem com um período de carência bastante prolongado. Ora, com juros variáveis, mas sempre num nível bem abaixo da inflação, não é difícil perceber o custo social que o crédito rural representa, para o qual toda a sociedade contribui e do qual apenas poucos entre os beneficiários potenciais efetivamente se beneficiam. Além de ter, também, certos efeitos colaterais negativos como, por exemplo, a insuficiente pressão para a utilização eficiente dos recursos.

Os recursos destinados a subsidiar o desenvolvimento da agricultura têm aumentado consideravelmente, em termos absolutos e relativos, a partir da primeira metade da década de 1970. Os créditos orientados para a produção

agrícola cresceram aceleradamente ultrapassando, já em 1975, a própria renda interna da agricultura.

É de se notar que no período 1971 - 1976, em termos reais, o crédito rural cresceu cerca de 143%, enquanto que o produto real da agricultura cresceu apenas 35% (*).

Esses dados sugerem que, embora a participação do crédito no processo de formação do produto da agricultura seja elevada, a sua expansão tem contribuído de forma pouco satisfatória para o crescimento da produção agrícola.

Esse crescimento desproporcional do crédito em relação à produção agrícola se explica em boa medida pelos critérios de outorgamento que facilitam um alto grau de concentração em sua distribuição.

Somente cerca de 10% dos 5 milhões de estabelecimentos rurais estimados pelo IBGE e, portanto, beneficiários os potenciais do crédito rural, são efetivamente atendidos. E conforme pesquisa do Banco Mundial no Nordeste, somente 13% de todos os agricultores têm acesso ao crédito institucional caindo essa percentagem para 5% quando se trata de propriedades com menos de 10 ha (**). Outros estudos revelam proporções similares (***)

Esse processo concentracionista vem se tornando mais acentuado. Em 1966, os proprietários com mais de 500

(*) SOUZA, Nilson A., Crise econômica: o povo tem a saída, São Paulo, 1982, pag. 90

(**) Relatório da Conferência do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), José Francisco da Silva, Rio Grande do Sul, 1978, pag. 11

(***) Ver por exemplo o Jornal de Brasília de 30/09/77 e a Folha de São Paulo de 04/06/78

ha receberam 20% do valor total dos créditos concedidos, enquanto que os proprietários com menos de 50 ha adquiriram uma parcela de 34%. Uma década depois, em 1976, a percentagem dos créditos fornecidos se altera para 53% e 11%, respectivamente (*). Isto fala claramente em favor da hipótese de que a melhoria dos "grandes produtores" se dá em detrimento dos "pequenos". Os créditos concedidos, portanto, são canalizados principalmente para os "grandes produtores". Estes os destinam ou às culturas de exportação ou os desviam para a especulação imobiliária e financeira, segundo vem sendo sistematicamente denunciado.

Alberto Passos Guimarães, lamentando a insuficiente divulgação de estatísticas oficiais, afirma, entretanto, que 75% a 90% do valor dos créditos concedidos se encaminham para as mãos dos grandes e médios proprietários de estabelecimentos agropecuários (**). O extraordinário aumento do crédito rural a juros subsidiados, especialmente no período 1969 - 1975, não trouxe resultados plenamente satisfatórios, porquanto não beneficiou os setores agrícolas produtivos que mais careciam desse benefício.

Na realidade, o crédito, como instrumento de transformação da agricultura capitalista brasileira que está referenciada à política do Estado (***), tem favore-

(*) SOUZA, Nilson A. Crise econômica: o povo tem a saída, São Paulo, 1982, pag. 90.

(**) GUIMARÃES, Alberto P. A Crise Agrária, Rio de Janeiro, 1979, pag. 308.

(***) Essa política consiste, no essencial, no estímulo da grande propriedade voltada para a exportação pois o modelo de desenvolvimento econômico requer divisas para pagar empréstimos, juros e importações.

cido a capitalização dos grandes proprietários de terras. É por isso mesmo que eles podem dá-la como garantia, além de deterem outras facilidades junto à rede bancária. Por outro lado, os pequenos produtores, que não conseguem gerar um excedente que permita o aumento e aperfeiçoamento de seus meios de produção, seguem excluídos desta política de crédito, mantendo-se com suas características de baixa produtividade. Por exemplo, o chamado crédito de custeio, apesar de aparentemente bastante facilitado, revela insuficiências notáveis. Por ter um prazo igual ao ciclo da cultura respectiva a que é destinado, surge um obstáculo, mesmo que criado em outra esfera: a que define os preços mínimos. O banco calcula o valor da garantia em função da área plantada e do preço mínimo do produto, do qual financia apenas uma determinada parcela. O pequeno produtor, ao final da colheita, termina obrigado a vender seu produto rapidamente, inclusive a qualquer preço, a fim de saldar seus débitos com a instituição credora. Esse procedimento, que garante uma considerável margem de segurança para o órgão financiador, tem sistematicamente afastado os pequenos produtores amedrontados com os riscos de verem suas propriedades confiscadas. Por outro lado, isso beneficia a penetração do intermediário, também, como agente financiador, conforme veremos mais adiante.

Por último, é necessário destacar que o fenômeno da concentração do crédito se verifica, não só segundo a natureza dos beneficiários, mas, também, por produto(*).

(*) Essa outra forma de concentração expressa, por extensão, o fenômeno, também em termos regionais.

Em essência, financia um pequeno número de produtos numa proporção muito superior a sua participação no total da produção. De acordo com José Francisco da Silva, em 1976, cinco produtos (café, soja, cana, algodão e trigo), se beneficiaram com cerca de 59% do crédito, contribuindo apenas com 33% do valor bruto da produção agrícola, ao mesmo tempo que três produtos (feijão, mandioca e milho), beneficiaram-se com cerca de 13% do crédito apesar de ter contribuído com a significativa parcela de 30% do valor bruto da produção. Segundo, ainda, o referido autor, outra confirmação de que o crédito vem favorecendo as lavouras de exportação em detrimento dos produtos básicos de alimentação, confirma-se no Nordeste, em que a cana-de-açúcar, em 1976, foi beneficiária de cerca de 49% do crédito contribuindo apenas com 14% do valor da produção agrícola regional, ao passo que a mandioca, que participou com apenas 2 a 3% do crédito, foi responsável por 30% do valor da produção (*).

Alberto Passos Guimarães chega a conclusões semelhantes. Sua opinião, em síntese, é que vultosa parcela do crédito subsidiado concentra-se nas mãos dos maiores empresários em detrimento dos pequenos produtores; dirige-se para os produtos de exportação em detrimento dos produtos de abastecimento interno(**).

Tais análises, porém, não podem ser aceitas sem

(*) Relatório da Conferência do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), José Francisco da Silva, Rio Grande do Sul, 1978, pag. 12.

(**) GUIMARÃES, Alberto P. A Crise Agrária, Rio de Janeiro, 1979, pag. 309.

algumas restrições. A principal delas é que não dão conta mais que de uma parte da realidade. As conclusões acima apresentadas sobre o crédito rural foram desenvolvidas a partir de estatísticas oficiais, onde não são considerados os significativos efeitos do crédito fornecido pelo intermediário. O produtor, via de regra, se compromete a vender sua produção ao financiador. Exemplifica-se com o caso "clássico" do algodão no Nordeste.

No capítulo anterior já se observou o peso dos agentes econômicos não oficiais na comercialização. Agora deveremos levar em conta sua importância a nível do crédito.

Após essa pequena incursão geral nas questões do crédito no âmbito nacional, passaremos, a seguir, ao exame da estrutura e do papel do financiamento na produção olerícola, em Lagoa Seca. À luz do exposto, pretende-se avaliar a participação do crédito oficial nas propriedades pesquisadas, comparando-o com o crédito não oficial, ou seja, com o "adiantamento".

Dos 57 entrevistados, somente 5 declararam ter financiamento oficial, todos do Banco do Brasil. Entretanto, observamos que apenas 2 destes financiamentos foram, na realidade, direta ou indiretamente, para a verdura: um para desenvolver uma plantação de alho e outro para infraestrutura necessária à expansão da verdura. Vejamos mais em detalhe a finalidade desses empréstimos: a) um produtor, com uma área de 1,5 ha, realizou o financiamento, a pagar em 1 ano, para plantar alho e feijão, e declarou ter tido prejuízo, inicialmente na produção devido às prá

ticas que se viu obrigado a adotar e, posteriormente, na comercialização; b) um, com uma área de 2,5 ha, realizou o financiamento, a pagar em 7 anos, para rede elétrica, mangueira e bomba (vale salientar que, coincidência ou não, neste caso o beneficiário é padraço de pessoas influentes nos municípios de Lagoa Seca e Campina Grande); c) um, com uma área de 2 ha, realizou o financiamento, a pagar em 3 anos, para viveiros de frutas; d) dois, um com uma área de 2 ha e outro com uma área de 10 ha, realizaram financiamento, a pagar em 3 anos, para plantar batatinha e mandioca.

Com exceção do produtor que realizou financiamento para alho e feijão, pagando em 1 ano, os demais ainda não puderam avaliar se tiveram "lucro" ou prejuízo. Nota-se, entretanto, um certo receio generalizado de que, findo o prazo de pagamento, o resultado não lhes seja favorável.

Dos dados acima conclui-se que estão inseridos no crédito rural apenas aqueles produtores "maiores" e "intermediários" (minoria em nossa amostra) que dispõem de condições suficientes (terra, mão-de-obra e meios de trabalho) para se dedicar à outras culturas mais capitalizadas, tais como, batatinha, alho e frutas. Ao contrário, os produtores "menores", típicos em nosso caso, estão totalmente excluídos das linhas de crédito oficiais.

Ao interrogarmos os 52 produtores restantes sobre o porquê de não terem financiamento institucional, as respostas giraram em torno das seguintes questões (*): a)

(*) Neste caso, houve duplicidade na maior parte das respostas. Portanto, a soma excede 100%.

41% acreditavam que teriam dificuldade em conseguir por ser pequeno produtor; b) 56% tinham medo de se endividar e, em consequência da correspondente hipoteca, perder a propriedade de sua terra; c) 28% se sentiam desmotivados pelo excesso de burocracia bancária; d) 59% rejeita a vinculação do crédito aos "pacotes tecnológicos". Essas idéias, fundamentadas ou não, tem levado a que a grande maioria nem chegue a solicitar uma linha de crédito. De fato, os produtores receiam que, face a sua precária situação geral e dada a instabilidade climática e de preços no mercado a que estão sujeitos, não consigam saldar os compromissos financeiros nos prazos estabelecidos e, em decorrência disso, venham a perder a propriedade de suas terras. Um outro elemento violentamente criticado pelos produtores é a vinculação do crédito a transformações nos procedimentos de produção. São inúmeros os casos citados, mas a eles nos reportaremos no capítulo seguinte.

Portanto, o medo de perder a autonomia e o medo de perder a terra foram os principais argumentos apresentados pelos produtores para justificar sua não inclusão nas linhas de financiamento institucional.

Por outro lado, é do conhecimento geral que, entre os projetos elaborados pela EMATER para solicitar o crédito, só são efetivamente beneficiados os maiores produtores. Por sua experiência, os produtores menores sabem que serão excluídos, e isso os leva a desistir mesmo de solicitar o crédito.

Encontramos, ainda, entre os entrevistados, nove que não têm financiamento oficial mas que têm "adiantamen

to", ou de intermediários profissionais ou de amigos. Isto mostra que, apesar de pagarem juros mais altos pelo "adiantamento" do que pelo financiamento institucional, a frequência do primeiro é maior que a do segundo. Além das justificativas acima mencionadas, no caso do "adiantamento", o pagamento se faz com a produção e não existe o medo de perder a terra, pois ela não é dada como garantia. Entretanto, apesar de termos encontrado um número maior de produtores recorrendo ao recurso do "adiantamento" do que ao financiamento oficial, isto não significa, necessariamente, uma preferência, uma escolha deliberada e livre. Trata-se, sim, face a sua verdadeira situação econômica e social, de uma falta de opção real.

Ao invés do que acontece com o crédito institucional, que é destinado em boa parte para a infra-estrutura, o "adiantamento" é de fato empregado para a cultura mesmo. Isso aponta para certa "especialização" do tipo de financiamento segundo sua destinação.

De nosso estudo se depreendeu algumas generalizações ligadas ao acesso destas unidades produtoras de hortaliças ao crédito rural:

- as exigências de garantias das instituições oficiais são consideradas excessivas;
- a burocracia bancária em si tem o dom de inibir e distanciar esses pequenos produtores;
- há uma grande confusão no sentido de sentirem-se favorecidos ao receberem o crédito e, por isso, considerarem-se comprometidos moralmente;

- a vinculação do fornecimento do crédito à adoção de "pacotes tecnológicos" nem sempre é compatível com suas capacidades, condições e recursos.

Isso não significa dizer que o acesso ao crédito está na dependência do pequeno produtor e que este, via de regra, não está incluído nesta política por não se sentir seguro de atender às exigências. Ao contrário, o problema é que, a estas exigências, só se adapta o grande produtor.

Levando em conta as considerações abordadas, o que podemos concluir é a necessidade de criação de linhas de crédito acessíveis já que, as condições de concessão do crédito oficial ainda não são as mais adequadas para os "produtores menores". Estes, de fato, são compelidos a lançar mão do recurso de "adiantamento". Isto apenas expressa e reflete o descrédito do crédito oficial, que não tem conseguido, malgrado as boas intenções (*) e a amplitude adquirida pelos recursos creditícios postos à disposição das atividades agropecuárias, se tornar fator de liberdade das camadas mais pobres, mas continua a ser, na prática, instrumento dos mais poderosos.

Em última instância, a essência dessa problemática segue sendo os objetivos do atual modelo de desenvolvimento que estimula o financiamento das lavouras de exportação para atender às suas necessidades de gerar divi-

(*) As leis disciplinares do crédito datam do início da década de 1960, sendo a mais importante a de nº 4829, de novembro de 1965, que discorre sobre a aplicação do crédito agrícola em função do "bem-estar do povo".

sas para suprir o pagamento de empréstimos, juros, compra de máquinas e equipamentos para a indústria. Assim, os êxitos obtidos nas exportações agrícolas (principalmente na primeira metade da década de 1970) foram rapidamente invalidados pelo crescimento muito maior das importações e da dívida externa.

II.6 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A forma em que é prestada a assistência técnica, visa principalmente transferir tecnologia ao produtor rural com o intuito de promover o aumento de sua produção e produtividade e, através destas, segundo o discurso oficial, atingir a melhoria de seu nível de renda e, consequentemente, de sua situação social. No entanto, o objetivo central dessa "modernização" é, através da melhoria da produtividade, atingir o barateamento dos alimentos e das matérias primas.

Na prática, o que se observa é que essa assistência atinge, quase que exclusivamente, aos grandes e médios proprietários. Nilson Araújo de Souza, analisando o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, para 1977, elaborado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), observa que, naquele ano, deveriam ser atendidos 36% dos latifúndios e empresas rurais e somente 4% dos minifúndios (*).

Entre outros fatores que têm induzido a isso, está o fato de que a assistência técnica tem sido caudatária do crédito rural, ao invés deste estar a serviço daquela. Esta característica é, aliás, bem marcante no exemplo por nós estudado.

Visto que a produção de olerícolas destina-se ao mercado interno e é realizada, na sua maior parte, em pequenas unidades produtoras, sua participação no crédito

(*) SOUZA, Nilson A. Crise econômica: o povo tem a saída, São Paulo, 1982, pag. 90.

rural é, em geral, pouco significativa.

Temos acompanhado a ocorrência de certa reestruturação na política de crédito rural na Paraíba, coerente com as preocupações do atual governo federal em ativar novas áreas agrícolas. No entanto, no essencial, nada tem mudado na realidade ora examinada.

Interessa, aqui, avaliar a adequação ou não das atividades desenvolvidas pelos órgãos que prestam assistência técnica (especialmente a EMATER), às condições e recursos dos pequenos produtores. Dessa correspondência depende em grande medida a capacidade de expansão da produção horticultora local. Para isso, tentamos arrolar dados que refletissem o tipo de relação estabelecida entre o principal órgão executor dessa política na área em apêço, a EMATER, e os produtores.

Dos 57 entrevistados, apenas 5 declararam ter assistência técnica, todos da EMATER. Dos 5 que gozam desses serviços, 2 (com área de 2 e 10 ha) os utilizam efetivamente para a produção seguindo instruções de adequação de adubos e venenos. Os outros 3 que afirmaram dispor de assistência técnica da EMATER, à solicitação de especificar sobre o tipo de auxílio recebido, titubearam, e responderam só genericamente alegando que se verificava através de "consultas diversas". Devemos anotar que essas 3 respostas nos pareceram mais a expressão de certo temor em admitir que não a tinham. Entretanto, o próprio resultado quantitativo, isto é, 5 produtores (9%) com assistência técnica e 52 (91%) sem esses serviços, apesar de que a EMATER tem um posto em Lagoa Seca que deveria estar per

manentemente ocupado com um técnico (*) dedicado só a atender aos produtores de olerícolas, é expressão do fato de que, na prática, não há receptividade por parte dos verdureiros a esses programas. Mesmo assim, na assistência técnica que havia sido dada até a saída desse técnico, bem como a que ficou sendo prestada interinamente pelos técnicos da EMATER (entre eles destacando-se Sebastião Perazio como o maior responsável), verificou-se que o tipo de tecnologia difundida não se adequa às condições e recursos dos pequenos produtores ou, pelo menos, a forma pela qual se tenta difundir é imprópria. Como vimos, aqueles que de alguma forma estão enquadrados nesse programa não são, para a área estudada, considerados típicos, isto é, "produtores menores".

Isto se confirma, justamente, através das respostas dadas à pergunta "considera a assistência técnica adequada ou inadequada? Por que?". Dos 57 informantes, 46 consideraram-na inadequada, 7 não quiseram responder e apenas 4 julgaram-na adequada. Os porquês podem ser sintetizados nos seguintes itens (**): a) 87%, incompetência dos técnicos; b) 58%, só há assistência técnica efetiva

(*) Fomos informados na EMATER que este técnico havia saído no final de 1979 para fazer um curso em João Pessoa e até o final de 1982 ainda não tinha retornado, nem havia sido formalmente substituído. Entretanto, Sebastião Perazio, engenheiro agrônomo com curso de especialização em olericultura na Universidade de Viçosa (MG) e desde 1981 lotado na EMATER de Lagoa Seca, o substituiu, embora, sua atuação seja mais abrangente, isto é, trabalha com todas as culturas do município.

(**) Neste caso, houve, também, duplicidade na maior parte das respostas. Portanto, a soma excede 100%.

para os ricos; c) 18%, falta de continuidade. O próprio Perazio admitiu vir diminuindo o número de olericultores orientados pela EMATER.

Para melhor esclarecer esta questão, recorreremos aos depoimentos dados pelo presidente do Sindicato Rural. Segundo ele, e nós também sentimos isso ao longo de nossa pesquisa, a maior restrição que se faz à atuação da EMATER, diz respeito à imposição de técnicas ao homem do campo. Expressando a opinião prevalecente entre os horticultores, "Dedé" admite que o rurícola necessita de condições para trabalhar (adubos químicos, tratores, inseticidas, etc) mas que "em técnicas são doutores". Então, os produtores acham importante que se lhes dê condições, porém, deixando-os livres para usá-las, isto é, que os financiamentos não sejam vinculados aos "pacotes tecnológicos" (*). Estes, formulados para serem aplicados em ampla escala, têm um caráter bastante genérico, nem sempre se adequando às especificidades da terra de cada localidade nem às tradições e hábitos dos agricultores do lugar. Em outras palavras, a tecnologia que tentam difundir, em última instância, não leva em conta as relações de trabalho dominantes, à base do trabalho familiar. Ao contrário, estimula em excesso a mecanização a qual nem sempre se justifica do ponto de vista econômico. Essa tecnologia, na realidade, privilegia a expansão de alguns ramos do setor industrial (indústria química, farmacêutica, equipamentos pesados para a agricultura). Admitem os horticultores que

(*) Orientação técnica de cumprimento obrigatório para os beneficiários dos créditos concedidos através do POLO NORDESTE (programa de desenvolvimento vinculado ao Banco Mundial).

o homem do campo está bastante necessitado, porém, aberto para receber orientações, mas insistem em que a EMATER não faça imposições e que, em definitivo, respeitem suas técnicas de produção (menos complexas, menos dispendiosas e, provavelmente, mais eficaz). Finalmente, um último entrave ao desenvolvimento do trabalho da EMATER é o que di ante dos horticultores aparece como excessiva burocracia. Com isso, os técnicos da EMATER (e por extensão a própria entidade) não são bem vistos pela comunidade de produtores. Segundo o informante, aos olhos da população são ociosos e ineficientes, fazendo uma quantidade desproporcional de reuniões infrutíferas.

"Dedé" fez, ainda, alguns comentários sobre a assistência técnica prestada na área pela EMBRAPA, o outro órgão que atua junto aos produtores de Lagoa Seca. As restrições feitas a sua ação foram ainda mais graves que as dirigidas à EMATER. Segundo ele, os campos locais de experimentação da EMBRAPA estão totalmente dissociados da realidade, não conseguindo sequer um rendimento igual ao dos produtores da área. Acrescente-se, ainda, para seu maior descrédito, o fato de que as oportunidades que tiveram de induzir alguns produtores a usar sua orientação técnica, resultaram em desastrosas experiências (*).

Essas opiniões do presidente do Sindicato Rural

(*) Dedé ilustrou essa afirmação com o caso de um próspero produtor de verduras que após insistência dos técnicos da EMBRAPA acabou utilizando as técnicas indicadas por eles. Dois meses depois de receber e cumprir as orientações, expulsou os técnicos pois os pés de pimentão, antes muito viçosos e carregados, estavam a marelos e os pimentões murchos.

de Lagoa Seca sobre as características e vicissitudes da assistência técnica, parecem refletir a opinião geral dos agricultores daquela área, conforme tivemos ocasião de verificar inúmeras vezes. Encontramos, no sítio Alvinho, os senhores Antonio Ferreira e José Luis do Nascimento que afirmaram "vem é aprender com a gente"; o senhor Elias Oliveira que disse "EMATER? ... é só tapeação" e o senhor Paulo Ferreira "onde a EMATER baixou, deu prejuízo". Ou, então, opiniões como a do senhor José dos Santos, do sítio Araticum, "o povo vem ensinar e aprende com a gente". Ou, ainda, como as dos senhores Tarcísio Rodrigues, Genaro Correia, Patrício Poluca e Severino Araújo "não dá resultados" e o senhor Genésio Porto "só para gastar mais o tempo de serviço", todos do sítio Oiti. Acrescente-se, ainda, exemplos concretos como o do produtor que fez o financiamento para o alho. O prejuízo que teve, segundo ele, se deveu às práticas que teria se visto obrigado a usar. Num determinado momento do processo de produção, já percebendo o prejuízo que viria e tentando amenizá-lo, resolveu deixar de acatar, por conta própria, as orientações que lhe tinham sido dadas e que vinha seguindo, e continuou o processo já com base em sua experiência. Ao final da colheita, atingiu índices de produtividade inferiores aos que ele mesmo conseguira antes do financiamento, mas ainda sem chegar a uma situação de prejuízo puro. O que concluímos é que a concessão dos créditos está vinculada à aceitação da orientação técnica, mas esta não se coaduna às condições dos produtores. Essa situação se agrava ainda mais pela falta de preparo dos técnicos que orientam a

produção agrícola.

Dos contatos que mantemos com o pessoal técnico da EMATER, ficou a mesma impressão de deficiência no que tange à sua relação com os produtores, apesar de formalmente negarem com veemência essa hipótese. Nas entrevistas informais, entretanto, fluem afirmações que confirmam seu (des)preparo na orientação da produção. Sebastião Perazio, por exemplo, principal responsável pelo posto da EMATER em Lagoa Seca, condena o fato dos agricultores insistirem em produzir alface, coentro e pimentão (culturas de curto prazo de colheita, especialmente alface e coentro, praticamente semanal) ao invés de se dedicarem à produção de nabo e beringela, entre outras (culturas mais complexas e de ciclos mais prolongados). Em essência, o comportamento desses técnicos parece refletir a necessidade de por em prática idéias de "modernização", como uma solução mágica, independentemente de qualquer percepção da realidade sócio-econômica na qual estão atuando.

Notamos, pois, uma total descredibilidade, não só na atuação da EMATER, como, também, da EMBRAPA, enquanto órgãos executores dos programas de assistência técnica. Sabemos, entretanto, que a assistência técnica, bem como o crédito rural, é um dos principais instrumentos da política agrícola. E desde que a atuação desses órgãos reflète, na sua essência, nada mais que a própria orientação implícita e inerente dessa política agrícola, a crítica, portanto, se dirige, em última instância, a esta.

Isso, a nosso ver, ressalta um dos grandes problemas dos programas de assistência técnica, hoje, no Bra

sil. Essa tecnologia, relativamente avançada, que é precocizada para ser adotada pelos pequenos agricultores, implica em profundas mudanças nos métodos produtivos por eles utilizados, as quais não levam em conta as condições, possibilidades e aspirações desses produtores que vivem, na sua maioria, à base de uma economia familiar camponesa. Por outro lado, o insucesso desses programas se explica também, em boa medida, pelo fato de que a técnica moderna (que trabalha com economia de escala) não é viável nem eficiente dentro de uma estrutura agrária atomizada como a que encontramos no nosso estudo, onde a unidade de produção típica, a dos "produtores menores", ocupam áreas que vão até 1 ha. Os programas tentam induzi-los a aceitar uma tecnologia resultante da pesquisa agrícola, em si progressiva e positiva. Mas, como não poderia deixar de ser, nem tão pouco nos surpreende, essa tecnologia, poupadora de mão-de-obra e bastante exigente de capital, esbarra em forte resistência por parte desses pequenos produtores que utilizam intensivamente a força de trabalho disponível e carecem de recursos para os investimentos que seriam necessários para tal empreendimento. Impossibilitados de entrar com recursos próprios, e com o crédito quase inacessível, não admira a rejeição aos riscos que aceitar tais propostas de "modernização" supõem. Em parte isto é consequência de que estes produtores não participam das fases de elaboração e decisão dos programas de assistência técnica (nem do crédito).

Finalmente, do que foi exposto neste capítulo, concluímos que, analogamente ao descrédito do crédito,

tem-se imposto a não credibilidade, também, na assistência técnica. Como afirma Alberto Passos Guimarães, muitos especialistas admitem que a simples adoção de adubos animais por parte de agricultores em todo o país que não empregam nenhuma espécie de adubos e a utilização da tração animal em substituição da força humana, já significaria um enorme avanço em nossos atuais níveis de produção e produtividade (*). E com custos sociais bem menores!

Resta-nos, agora, examinar se estas realidades se traduzem ou não, e de que maneira, em posicionamentos desses produtores, e isso o faremos a seguir, analisando sua mais legítima entidade: o sindicato.

(*) GUIMARÃES, Alberto P. A Crise Agrária, Rio de Janeiro, 1979, pág. 344.

II.7 - A S P E C T O S D A S I N D I C A L I Z A Ç Ã O

No breve período coberto pela nossa pesquisa, verificamos a existência, já há vários anos, de um sindicato de produtores: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca. Obviamente, reveste-se de especial interesse a análise de sua atuação, da possível influência nas questões tratadas, e de seu desempenho enquanto entidade representativa desses trabalhadores.

Segundo os sindicalistas que atuaram na época, a origem do movimento, que culminou com a criação do sindicato, remonta aos anos 1962 - 1963, correspondendo ao período de atuação das Ligas Camponesas no Nordeste. Nessa época, Lagoa Seca se encontrava na qualidade de distrito (*), sob a jurisdição da cidade de Campina Grande. Os líderes organizadores do movimento camponês nesta cidade, naquela época (Ofélia Amorim, Langstain Almeida e Figueiredo Agra entre outros) tentavam fundar o sindicato do município, objetivando consolidar um canal institucional para as reivindicações da classe trabalhadora rural.

Nesse ínterim, o movimento das Ligas Camponesas ganhava aceleradamente força e prestígio, corroendo os pilares do poder das autoridades locais, de políticos, da Igreja, e outros, e não só em Campina Grande, mas em todo o Nordeste. Isto levou às forças que tinham interesses diversos aos das Ligas, a tentar sobrepujar esse movimento, antecipando-se na iniciativa de organização e direcionamento das entidades nascentes, antes que as Ligas consolidassem as posições que estavam conquistando.

(*) A criação do município independente de Lagoa Seca ocorreu em 1964.

Nesse espírito, e para atingir tal objetivo, o Bispo da Diocese de Campina Grande, D Manoel Pereira, convocou os representantes religiosos das áreas polarizadas por Campina Grande, que gozavam de prestígio no âmbito de sua atuação, entre eles Frei Liberato de Lagoa Seca. O objetivo da convocatória era tratar sobre a adoção de medidas concretas para boicotar a fundação de sindicatos por iniciativa de líderes ligados ao movimento geral que caracterizou a última fase do regime populista do governo João Goulart.

Os líderes eclesiásticos mobilizaram a comunidade dos trabalhadores agrícolas, através dos seus canais específicos de contato com a população, conseguindo vetar a consecução da iniciativa e assumindo o comando do processo de fundação dos sindicatos rurais, não só em Campina Grande, como também, posteriormente, em vários outros municípios. Isso exemplifica a participação efetiva de setores da Igreja na constituição do sindicalismo rural brasileiro (que não se deu no nosso caso particular) em uma etapa na qual o movimento popular avançava impetuosamente. Essa intervenção em nome do combate ao radicalismo, em muitos pontos em oposição ao rumo que tinha o movimento espontâneo das massas. Era também uma tendência combatida pelo governo.

Neste contexto se compreende que a primeira documentação visando oficializar a entidade, após a emancipação do município, só veio a se materializar em 1971. Segundo nos relatou José Francisco Anacleto, "Dedé", presidente deste órgão desde a sua fundação, no dia 18 de julho de 1971 foi encaminhado o conjunto de documentos, através da

Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), que em seguida o levou à Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, com sede em João Pessoa. Mas por inexperiência dos fundadores em preparar tais documentos, a documentação foi arquivada sob a alegação de não atender as exigências jurídicas prescritas. Somente em 1976, após reformulações para adequação aos requisitos legais, o novo processo daí surgido obteve parecer favorável e o sindicato foi reconhecido tendo a sua oficialização assinada no mesmo ano, pelo então Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, e respectiva publicação no Diário Oficial em 29 de dezembro de 1976.

De todo esse processo nasceu um sindicato que, se bem influenciado pelo movimento das Ligas estava tremendamente enfraquecido por ter seu desenvolvimento condicionado pela ação das forças sociais adeptas do Estado autoritário. O sindicato de Lagoa Seca surgiu de fato, exatamente no contexto do processo de liquidação dos antigos movimentos sociais que floresceram no início dos anos 60 e da transformação dos regimes populistas em regime autoritário. É nessa margem estreita que se desenvolve a atuação do sindicato, com possibilidades cerceadas.

Atualmente conta com cerca de 4.000 filiados e desempenha atividades de caráter puramente assistencial: prestação de assistência a nível jurídico e encaminhamento de aposentadorias através do FUNRURAL. Além disso, mantém convênio com este para o atendimento médico e dentário, que é executado no Centro Paroquial de Assistência Social (CEPAS). Antes da criação do sindicato, este convênio era feito diretamente entre o FUNRURAL e a Diocese local.

Dentre as novas perspectivas da atual direção, conta-se com a contratação de um advogado para dar assistência de 2 horas semanais aos trabalhadores, evitando em caminhamentos incorretos ou a prática de levar questões menores para serem tratadas na sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, em João Pessoa, e com a montagem de um consultório odontológico na própria sede do sindicato. Segundo seus idealizadores, a importância deste projeto consiste em que a medida em que esses serviços continuam sendo prestados pelo ambulatório local, o CEPAS, enfraquece o contato mais amiúde entre os associados. A prestação da assistência médica e dentária na própria sede do sindicato, entretanto, possibilitará os contatos e entrosamento dos associados sob outro pano de fundo: o do sindicato na qualidade de aglutinador e não mais o CEPAS.

Constatamos, através de entrevistas, que há por parte da Igreja, certa aversão à política empreendida pela direção do sindicato. Isto é de grande relevância visto que o predomínio de liderança pertence às autoridades eclesásticas do município. O principal ponto de divergência diz respeito à pressão da Igreja no sentido de serem criadas delegacias nos sítios com o objetivo de não obrigar os trabalhadores agrícolas a se deslocarem até a sede, dentro do município. Para nós, essa posição leva à uma maior desmobilização e menor integração entre os membros da classe. Comprova-se, assim, que a Igreja interfere não só na formação espiritual dos rurícolas, mas também noutros setores, o político particularmente.

Tendo como objetivo declarado associar pessoas da mesma categoria, que se unem para reivindicar condições me

lhores para a sua classe, o Sindicato Rural de Lagoa Seca na prática, tem se afastado muitas vezes das suas funções primordiais. Este comportamento não é próprio apenas do caso ora estudado, mas da grande maioria dos sindicatos rurais brasileiros. Segundo dados do Boletim (*) periódico divulgado pela CONTAG, em 1977 havia 4 milhões e meio de trabalhadores rurais sindicalizados, em 2.150 sindicatos, 20 Federações, assim como uma Delegacia no Estado do Acre e no Território de Rondonia. No entanto, neste mesmo boletim, constatamos o que também identificamos em Lagoa Seca: a participação do associado é insignificante, poucos frequentam as reuniões, só alguns pagam mensalidades com regularidade e o número de questões pleiteadas pelo sindicato na justiça é mínimo. Precisamente por isso, o fortalecimento do movimento é reivindicado por todos os que dirigem essas associações.

Nesse contexto, qualquer iniciativa de associativismo, parcialmente visando defender os interesses da classe a que pertence, sem dúvida, se restringe as motivações da busca do sindicato apenas para solucionar problemas de índole conflitiva, tais como, os serviços médicos e odontológicos oferecidos ou questões como aposentadoria.

Neste sentido, a situação em Lagoa Seca não parece ter acompanhado o movimento nacional. A este nível, nota-se, a partir de 1978, uma atuação mais efetiva no con-

(*) Boletim periódico, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Set. a Dez./1977, pag.

junto do país, destacando-se, especialmente, a CONTAG, que em 15 de agosto de 1978, apresenta na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, um importante documento no qual se re-colocam com força várias reivindicações, entre elas a Reforma Agrária. A partir de então, alguns sindicatos, inclusive no Nordeste como é o caso em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, iniciam um processo de participação mais incisiva no que tange a questões de interesse da classe.

Essa herança, decorrente essencialmente da repressão pós-64, aliada à influência da Igreja defendendo a reivindicação dos direitos sem luta efetiva por eles, levou os sindicatos brasileiros a sentirem dificuldades para ter uma participação mais positiva de seus associados, essencialmente aí onde ela se manifesta melhor e pode chegar a conclusões e atitudes relevantes: nas reuniões. Esse é um fato notório no nosso caso. Dos 4.000 associados, a frequência às reuniões é limitada a pouco mais de 100 pessoas, isto é, aproximadamente 2,5%, todo último domingo de cada mês. Particularmente no que diz respeito à participação dos produtores de olerícolas, esta é pequena, mesmo que seja relativamente superior à de outros setores. Dos 57 entrevistados, 43 são filiados, mas somente 8 deles, participam com assiduidade de tais reuniões, ou seja, cerca de 14% do total, e 10, isto é, mais ou menos 18%, as frequentam esporadicamente. Se tomarmos o número de filiados em oposição à frequência, concluímos ser esta muito baixa. Entretanto, considerando a média geral (2,5%), é significativa a participação dos verdureiros.

No que tange à sustentação financeira do sindic

to, esta é assegurada através do INCRA e das mensalidades pagas pelos associados, que em out/1982, eram de R\$ 100,00 por filiado (isto é, menos de 1% de um salário mínimo). Esses fundos são destinados aos pagamentos dos funcionários, despesas com a confecção de material de expediente, honorários de advogado, custeio de viagens de representação do presidente do sindicato para congressos e encontros da classe, ajuda aos trabalhadores em dificuldade financeira, benefícios nas suas instalações, etc.

Da nossa pesquisa surgiu uma constatação referente à relação entre o sindicato e a Igreja. De fato, o papel efetivamente desempenhado pelo sindicato nos parece restrito a servir de canal oficioso institucional de reivindicações induzidas pela Igreja através do trabalho de base efetuado pela Comissão Pastoral da Terra. Isto no que diz respeito tanto às reivindicações em si, como à forma de implementá-las. Confirmamos, pois, localmente, uma das características gerais de que se reveste o movimento sindical brasileiro após 1964, isto é, refletindo o grau de participação política de setores da Igreja. Tendo esta comandado a criação e a legalização do sindicato em Lagoa Seca, e tendo influência marcante e até decisiva no comportamento da população do município, conseguiu ter uma influência sensível no direcionamento e modo de atuação do sindicato (*).

(*) Um reforço a esta afirmativa, está na afirmativa do senhor Cecílio Acioly de Lima, ex-agricultor e participante ativo do movimento de fundação deste sindicato: "90% está com a Igreja, 10% contra ela".

Em resumo, o que podemos afirmar é que a alta filiação do sindicato se explica, quase que exclusivamente, pelo interesse na facilidade de acesso para assistência médica e auxílio na resolução de questões pessoais, e não por motivos de reivindicações concernentes às necessidades da classe enquanto tal. Constatamos que muitos produtores se associam ao sindicato objetivando apenas aposentadoria e demais benefícios oferecidos. Nele têm só uma atitude passiva, não participante. É o individualismo que prevalece e não o espírito coletivista, comunitário. Tem primazia aspectos assistenciais e não os extra-econômicos. sejam estes políticos, culturais, educacionais, ou outros.

O Sindicato Rural de Lagoa Seca, como muitos outros no país, se vê no papel de mero instrumento assistencial, assumindo funções que poderiam e deveriam ser cumpridas por outras instâncias, o Estado inclusive. O sindicato aparece para o trabalhador como instrumento legalizador da sua aposentadoria, da sua assistência médica, dentária e jurídica em geral que através da ação governamental, da Igreja, empresarial, etc., e da propaganda oficial, lhe foi legado pelo Estado. Amarrado a normas que vêm de cima, acomoda-se a interferência estatal e quando luta é por interesses imediatos.

A atuação do sindicato, em definitivo, se restringe ao plano meramente assistencial, imediato e localizado, não conseguindo, avançar além disso e assumir um caráter mais classista de questionamento mesmo da própria "racionalidade" político-institucional. Não consegue, também, se converter em instrumento de conscientização e mudança, logrando levar a massa de filiados de sua passividade a assumir uma postura ativa na condução de seus des-

III - CONCLUSÕES

A proposta desta dissertação consiste em examinar o comportamento do setor produtivo de hortaliças frente ao aumento da demanda regional e das políticas de modernização adotadas pelo Estado. Para isto nos propusemos analisar uma área produtora relevante. Nossa escolha recaiu em uma área tradicionalmente produtora de olerícolas na Paraíba, a de Lagoa Seca, cujo estudo nos revelou algumas facetas importantes. Evidentemente os resultados atingidos e as conclusões são expressivas mas não podem ser generalizadas com base somente neste trabalho.

Contrariamente ao que a priori se poderia pensar, o aumento regional da demanda no consumo de olerícolas não tem se traduzido numa expansão proporcional de produção na área estudada. Esta constatação se explica por diversas causas, cujo pano de fundo é a dinâmica do padrão de acumulação capitalista brasileiro que impulsiona a produção agrícola no sentido de torná-la mais intensiva de um lado, e de outro, sua maneira lenta e desigual de efetivar estas transformações. A forma concreta pela qual se afirma atualmente o capital na agricultura, se manifesta através de grande parte da produção permanecendo fora do âmbito capitalista e reproduzindo um caráter extensivo e de baixa produtividade, como na situação analisada. Estas questões escolhidas aleatoriamente, atendendo a distribuição por sítios foram vistas mais em detalhe na amostragem de 57 produtores escolhidos ao acaso dentro do total de 113 cadas -

trados na EMATER em outubro de 1982, época da pesquisa.

O exame da estrutura agrária Lagoasecana (amos - tra trabalhada) revelou uma grande concentração, 79%, no estrato de até 1 ha, o qual mostra que a produção de olerícolas reveste-se de um caráter atomizado. Dos 12 restantes, 7 (12%) detém de 1,5 a 2,5 ha, 4 (7%) entre 4,5 e 6,0 e 1 (2%) tem dez ha, o que confirma ser predominantemente pequena produção. Tais unidades produtoras esbarram, a nível técnico, na carência de infra-estrutura, sobretudo no que diz respeito à irrigação e condições de armazenamento. Mas não se pode ignorar que os obstáculos técnicos têm sua origem em condicionantes de origem social.

Trata-se de uma economia de caráter quase exclusivamente comercial, já que a verdura é em geral, toda vendida, provendo o horticultor de uma renda para aquisição de objetos de consumo que não são produzidos na própria unidade produtiva, mas incapaz de gerar um excedente suficiente para se transformar em meios adicionais de produção, reproduzindo, em consequência, o mesmo nível de produção e suas características de baixa produtividade.

No que se refere à composição da força de trabalho na realização da produção, verificou-se uma utilização intensiva da mão-de-obra familiar: aproximadamente 81% a 89% do total da força de trabalho ocupada (conforme se considerem ou não no total também os trabalhadores assalariados em caráter temporário). Em decorrência do relativo atraso na utilização de processos técnicos de exploração da terra e da sua frágil situação econômica em geral, vê-se o brigada a exigir maiores esforços dos que nela trabalham,

inclusive recorrer a utilização do trabalho infantil em larga escala (no momento da pesquisa, 68% dos 38 trabalhadores assalariados em regime permanente eram menores de 15 anos). Nossa análise da estrutura e do comportamento da força de trabalho nos levou a concluir que nesta economia o recurso ao trabalho assalariado tem caráter de complementação do trabalho familiar que, em definitivo, é o que constitui a unidade de produção dando-lhe sua especificidade. Sua importância tem peso decisivo no processo produtivo. Entretanto, apesar das dificuldades encontradas para o cálculo da "remuneração" por pessoa ocupada nos diversos grupos familiares, podemos assegurar que na unidade típica de nossa amostra (até 1 ha) é de quase a metade de um salário mínimo mensal. Isso evidencia a dificuldade, e até mesmo impossibilidade de uma reprodução ampliada nesse tipo de propriedade. Ao contrário, a alternativa ou perspectiva que se apresenta à esses trabalhadores é a de se assalariar (ou assalariar parte da sua família) para garantir a sua sobrevivência.

Por outro lado, no que pese o esforço governamental (mais aparente que real) de eliminar o intermediário tradicional no processo de escoamento da produção, com a criação das CEASAS, o atual esquema de comercialização continua a absorver os excedentes impossibilitando assim uma expansão intensiva dessas unidades produtoras. No caso aqui analisado, o intermediário divide de igual a igual o mercado com a CEASA, no fundo nada mudando para o produtor que escolhe indiferentemente o agente de comercialização.

O mecanismo de espoliação na intermediação se expressa, de um lado, no fraco poder de barganha visto a grande dispersão e não união dos produtores, tanto na relação entre cada produtor e o intermediário tradicional e como entre este e a CEASA cujas vantagens são invalidadas pelos altos impostos e taxas cobrados pelo agente oficial.

O crédito, principal instrumento da política agrícola, que deveria compensar tais deficiências, não tem absolutamente cumprido o papel que se lhe atribui. Isto devido a que as suas condições gerais não são as mais adequadas ou acessíveis, resultando daí um fornecimento concentrado, direcionado por relações de poder político e econômico. As condições para concessão de créditos, ao estarem amarradas à transformações tecnológicas nos métodos produtivos, não viáveis na estrutura fundiária e de hábitos encontrada, terminam por excluir completamente os produtores menores das fileiras dos beneficiários das linhas creditícias. Em vista das dificuldades de acesso ao crédito em decorrência das garantias exigidas (empenho da terra) e da tecnologia vinculada, percebemos que também nesta esfera penetra um outro agente econômico (que coincide amiúde com a pessoa do intermediário de comercialização) revestido das características de financiador não oficial. Os produtores recorrem ao recurso do "adiantamento" não como uma escolha deliberada e livre, mas como imposição das condições a que estão sujeitos face a sua verdadeira situação econômica e social. De fato estes são compelidos a apelar à esse recurso. Isto apenas expressa e reflete a descrença no

crédito oficial que, apesar das propaladas boas intenções e dos vultosos recursos subsidiados postos à disposição das atividades agropecuárias não tem conseguido beneficiar os setores que deles mais necessitam, continuando a ter sua aplicação extremamente concentrada em favor dos mais poderosos.

Os programas de assistência técnica por sua vez, procurando difundir uma tecnologia poupadora de mão-de-obra e exigente de capital promovem uma proposta que de fato não é viável dentro de uma estrutura fundiária atomizada e uma composição da força de trabalho como as que encontramos no nosso caso. Além disso, com frequência se tratam de técnicas inadequadas e que muitas vezes não respeitam o nível de hábito dos rurícolas. Assim, essa tecnologia, trabalhando na realidade com economias de escala, encontra forte resistência por parte dos produtores, especialmente dos menores.

Desta forma temos quase completo o quadro que explica, nas suas grandes linhas, o porque da estagnação da produção e da rejeição do setor produtor de olerícolas de Lagoa Seca à ação modernizante. Impossibilitados de entrar com recursos próprios e com a obtenção do crédito em condições favoráveis quase inacessível, é lógica a evasão aos riscos em aceitar tais propostas de "modernização". O seguinte processo parece caracterizar a produção de olerícolas na área estudada: o baixo poder gerador de excedentes, neutralizado pelos mecanismos de expropriação representados pelos agentes da comercialização, excluem os horticultores dos programas de modernização já por si inadequados, dei-

xando-os numa posição inferior, que se agrava progressivamente, em relação à grande propriedade, definindo-os numa situação de extrema pobreza no seu padrão de vida à medida que vão se inserindo na economia de mercado.

De outro lado, sua forma de mobilização expressa na sua mais legítima entidade, o sindicato, se retringe a uma atuação no plano meramente economicista-assistencial imediato e localizado, não conseguindo avançar e assumir um caráter mais classista e desempenhando, assim, o papel que lhe foi legado pelo governo, através da legislação sindical em vigor. Dessa forma não se tem tornado elemento ativo de ação que leve a uma retenção de uma parcela do excedente que poderia servir para ampliação intensiva da produção. No mesmo sentido poderia atuar através de pressões para modificar as condições de concessão de créditos ou da assistência técnica, ou mesmo da estrutura de mão-de-obra.

Nesse quadro não surpreende a paulatina transformação das áreas mais privilegiadas do município de Lagoa Seva em mini-granjas, zonas principalmente de lazer para a população urbana, especialmente de Campina Grande, que as exploram só parcialmente através de sistema de moradores. Este fato ajuda a compreender e explicar o processo de estagnação que vem se manifestando no setor produtor de oleícolas no caso estudado.

É assim, numa estreita fatia de recursos fundiários, espremidos entre os programas de "modernização" que claramente favorecem as grandes propriedades e que os obrigam a uma utilização exponenciada de sua força de trabalho,

de um lado, e da transformação gradual de suas propriedades em mini-granjas de outro, que sobrevivem os produtores de olerícolas em Lagoa Seca.

Se deixados a mercê do desenvolvimento espontâneo da situação, é previsível que sua posição tenda a piorar ainda mais, mesmo que se acelere a tendência a sua redução. Outras alternativas possíveis são mudanças na ordem político-institucional, ou de suas formas de associação tanto a nível sindical como de produção (cooperativas, por exemplo), ou na política de direcionamento dos incentivos governamentais. Não pretendemos nos deter aqui no grau de possibilidade de acontecer esta ou aquela variante eventual, só pretendemos mostrar que apesar do avanço do capital na agricultura, este não tem conseguido a expropriação completa do trabalhador agrícola, a quem desejamos um "HAPPY END".

IV - BIBLIOGRAFIA

- AMIR, Samir. O Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro, Forense, 1976
- ANDRADE, Manoel C. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, Manoel C. Cidade e Campo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1974.
- BARAN, Paul A. A Economia Política do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- BRADLEY, Sandra Maria Correia. A Estrutura Agrária e as Relações de Trabalho no Meio Rural. Recife, Linceu, 1982.
- CASTRO, Antonio B. de. Ensaio sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Forense vol. I, 1973.
- COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- CONTAG, Boletim Periódico, Brasília, nº 9 a 12, 1977.
- CONTAG, Boletim Periódico. Brasília, nº 1, 1980.
- CONTAG, Conferência de José Francisco da Silva. Porto Alegre, 1978.
- EMATER. Cadastramento dos Produtores de Olerícolas do Município de Lagoa Seca, Emater, 1979.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.
- GUIMARÃES, Alberto P. Quatro Séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- GUIMARÃES, Alberto P. A Crise Agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

- IANNI, Otávio. Sociologia e Sociedade no Brasil. São Paulo, Alfa Ômega, 1975.
- LENIN, V. I. Nuevos Datos sobre las Leyes de Desarrollo del Capitalismo en la Agricultura. In: Obras Escogidas, Tomo III, s/1, Editorial Cartago, s/d (*).
- MARTINS, José de S. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975.
- MOREIRA, Raimundo. O Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- NETO, Francisco G. A Questão da Reforma Agrária no Brasil, São Paulo, s/d (mimeo).
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. CEBRAP I, São Paulo, Brasiliense, 1976.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- PRADO JR, Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1966.
- PRADO JR, Caio. Contribuição para a análise da Questão Agrária no Brasil. Rio de Janeiro, Vozes, 1969.
- ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE OF GREAT BRITAIN AND IRELAND, "Guia Prático de Antropologia". São Paulo, 1971.
- SÁ JR, Francisco. O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a função das Atividades de Subsistência. CEBRAP I, São Paulo, 1976.

(*) Cópia xerográfica sem especificação da data e do lugar da edição.

- SILVA, José G. da. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, Hucitec, 1980.
- SILVA, José G. da. A Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SINGER, Paul. As Contradições do Milagre. CEBRAP 6, São Paulo, 1973.
- SINGER, Paul. A Crise do "Milagre". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- SOARES, Glaucio A. D. A Questão Agrária na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- SORJ, Bernardo. Camponeses e Agroindústria. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SOUZA, Nilson A. Crisis Luchas de Classe en Brasil: México, 1980 (tese de doutoramento).
- SOUZA, Nilson A. Crise Econômica: o povo tem a saída. São Paulo, Quilombo, 1982.

ANEXOS

A N E X O I

Formulário de Pesquisa

Aspectos sócio-econômicos da produção, da utilização de mão-de-obra, da comercialização, do financiamento e da assistência técnica de olerícolas na área do município de Lagoa Seca.

I - Dados Pessoais

Nome do entrevistado: _____

Naturalidade: _____ Sexo: _____

Idade: _____ anos

Tempo em que mora neste lugar: _____

Outros lugares que morou e motivos das mudanças: _____

Quantidade de filhos: _____

- Vivos: _____

- Mortos: _____

Sítio: _____

Data: _____

Entrevistador: _____

II - Aspectos da Produção

1. Produtos que cultiva: _____
- Olerícolas: quais os que prefere plantar: _____
_____ por que: _____
2. Qual, aproximadamente, a área utilizada com a cultura de olerícolas: _____
3. Adubos que utiliza: _____
Industriais: _____
Onde compra: _____
4. Há disponibilidade de água: _____; se não há, por que: _____
Quanto tempo resiste a plantação sem água: _____
5. Existe alguma forma de armazenar verduras: _____
6. Compra as sementes: _____; em caso afirmativo, onde as compra: _____
Produz as sementes: _____
7. Quais os olerícolas que planta em consórcio: _____

8. Área aproximada: _____
9. Tipos de animais que cria: _____

III - Aspectos da Comercialização

1. A quem vende: _____
por que: _____
está satisfeito com o comprador: _____
por que: _____
prefere vender à CEASA ou a intermediários: _____
_____ por que: _____

2. Vende toda a produção: _____ que parte consome: _____
3. Como enfrenta a baixa de preços: _____

4. Conhece as épocas em que o preço vai baixar: _____ como: _____
5. Acha que o governo poderia adotar alguma medida para superar o problema da baixa dos preços: _____ qual: _____
6. A que atribui a baixa de preço dos produtos : _____

7. O que acha dos custos de transporte e taxas pagas na CEASA: _____
8. Gosta do horário de entregar os produtos na CEASA: _____ que horário preferiria: _____
_____ por que: _____

IV - Financiamento e Assistência Técnica

1. Tem financiamento: _____; a quem toma em -
préstimos: _____; qual a forma
de pagamento: _____; se não tem
financiamento, por que: _____
2. Tem adiantamento: _____; a quem toma adian
tamento: _____; qual a forma
de pagamento: _____; se não tem
adiantamento, por que: _____
3. Tem assistência técnica: _____; de quem: _____
_____; qual: _____
considera-a adequada ou inadequada: _____

se inadequada, por que: _____

se não tem assistência técnica, por que: _____

V - Mão-de-obra utilizada

1. Que membros da família trabalham na agricultura:

2. Paga mão-de-obra: _____; com que frequência:

_____; se não paga, por que: _____

3. Prefere pagar mão-de-obra ou arrendar um pedaço de terra: _____;

por que: _____

4. Em que atividades usa mais mão-de-obra paga: _____

A N E X O II

Dados levantados do Censo Agropecuário da Paraíba/1970,
VIII Recenseamento Geral, Série Regional
Volume III, Tomo IX - I.B.G.E.

- LISTAGEM DE OLERÍCOLAS -

PRODUTO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE (t)
Abóbora	Patos	93
	Massaranduba	73
	Juazeirinho	65
	Umbuzeiro	54
	Nazarezinho	44
	Pilar	36
	S. José de Caiana	35
	Boqueirão dos Cochos	32
	Souza	31
	Itaporanga	30
	Pianco	27
	Boa Ventura	25
	Demais (113 municípios)	450
Alface	Lagoa Seca	960
	Bananeira, Cruz do E.Santo, Patos, S. Miguel do Itaipu (cada)	10
	Demais (10 municípios)	13
Alho	Areia	12
	Alagoa Nova	5
	Demais (3 municípios)	4
Batata Doce	Lagoa Seca	2 097
	Pedras de Fogo	1 554
	Santa Rita	1 504
	Alagoa Nova	1 141
	Paulista	981
	Souza	961
	Pombal	933
	Cruz do E.Santo	780
	Alhandra	730
	João Pessoa	647

Batatinha	Esperança	456
	Lagoa Seca	405
	Areial	380
	S.Sebastião de L.de Roça	234
	Puxinanã	233
	Montadas	174
	Demais (11 municípios)	161
Cebola	Bananeiras	80
	Dona Inês	16
	Areia	14
	Demais (11 municípios)	48
Chuchu	Lagoa Seca	253
	Natuba	199
	Bananeiras	21
	Demais (5 municípios)	10
Coentro	Lagoa Seca	397
	João Pessoa	67
	Pilar	11
	Demais (14 municípios)	41
Inhame	Sape	3 442
	Mari	2 023
	Alhandra	931
	João Pessoa	518
	Pedras de Fogo	388
	Araçagi	374
	Pitimbu	338
	Pilar	331
	Solânea	319
	Gurinhem	305
Demais (42 municípios)	1 934	
Milho verde	Santa Rita	22
	Demais (4 municípios)	9
Repolho	Lagoa Seca	42
	Cruz do E.Santo	15
	Fagundes, S.Miguel do Itaipu(cada)	11
	Demais (8 municípios)	17

Pimentão	Lagoa Seca	351
	Pilar	58
	João Pessoa	30
	Demais (12 municípios)	81
Tomate	Boqueirão	1 387
	Cabaceiras	758
	Aroeiras	686
	Barra de São Miguel	555
	Condado	227
	Cruz do Espírito Santo	185
	Natuba	157
	Lagoa Seca	150
	Demais (63 municípios)	817
Vagem	Alhandra	213
	João Pessoa	69
	Demais (2 municípios)	6

A N E X O III

Lista de Abreviaturas

- BBSA - Banco do Brasil S/A.
- BIRD - Banco Interamericano de Recuperação e Desenvolvimento.
- CEASA - Centrais de Abastecimento S/A.
- CEPAS - Centro Paroquial de Assistência Social
- COBAL - Companhia Brasileira de Alimento
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPT - Comissão de Pastoral da Terra
- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
- EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
- FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
- FURNE - Fundação Universidade Regional do Nordeste
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

- PETROBRÁS - Petróleo do Brasil S/A
- PDRI - Projetos de Desenvolvimento Rural In -
tegrados
- POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas
Integradas do Nordeste
- PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
- PROALCOOL - Programa Nacional do Alcool
- PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e
Estímulo à Agroindústria do Norte e
- SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Téc-
nica e Extensão Rural
- SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do
Nordeste